



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - EAD**  
**CAMPUS ARAPIRACA**

**ISRAEL MEDEIROS DA SILVA**

**“PÉROLAS NEGRAS DE PAU D’ARCO”**

Processo de Certificação e auto reconhecimento – A Educação como protagonista na  
reconstrução e fortalecimento da identidade negra e quilombola na comunidade Pau D’arco -  
Arapiraca, Alagoas

**ARAPIRACA**

**2020**

ISRAEL MEDEIROS DA SILVA

**“PÉROLAS NEGRAS DE PAU D’ARCO”**

Processo de Certificação e auto reconhecimento – A Educação como protagonista na  
reconstrução e fortalecimento da identidade negra e quilombola na comunidade Pau D’arco -  
Arapiraca, Alagoas

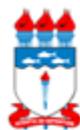
Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de  
Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas –  
UFAL, *Campus* de Arapiraca, como requisito para obtenção  
do título de licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Sandreana de Melo Silva

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Silvia Martins Carneiro Aguiar

ARAPIRACA

2020



Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Campus Arapiraca  
Biblioteca *Campus* Arapiraca - BCA

S586p Silva, Israel Medeiros da  
Pérolas negras de Pau D'arco: processo de certificação e auto reconhecimento – a educação como protagonista na reconstrução e fortalecimento da identidade negra e quilombola na comunidade Pau D'arco – Arapiraca, Alagoas / Israel Medeiros da Silva. – Arapiraca, 2020.  
39 f.: il.  
Orientadora: Profª. Ma. Sandreana de Melo Silva  
Coorientadora: Profª. Drª Sílvia Martins Carneiro Aguiar  
Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais.) – Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Arapiraca, 2020.  
Disponível em: Universidade Digital (UD) – UFAL (*Campus* Arapiraca).  
Referências: f. 64-66.  
Anexos: 67-68  
  
1. Quilombolas 2. Comunidades quilombolas 3. Identidade Coletiva 4. Identidade de grupo I. Silva, Sandreana de Melo II. Aguiar, Sílvia Martins Carneiro III. Título.

CDU 30

ISRAEL MEDEIROS DA SILVA

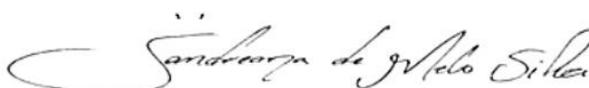
**“PÉROLAS NEGRAS DE PAU D’ARCO”**

Processo de Certificação e auto reconhecimento – A Educação como protagonista na  
reconstrução e fortalecimento da identidade negra e quilombola na comunidade Pau D’arco -  
Arapiraca /Alagoas

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de  
Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas –  
UFAL, Campus de Arapiraca, como requisito para  
obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais.

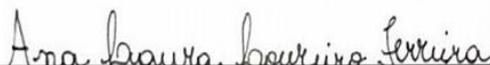
DATA DE APROVAÇÃO: 04 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup>. Ma. Sandreana de Melo Silva  
Universidade Federal de Alagoas  
Orientadora



---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Ana Laura Loureiro Ferreira  
Universidade Federal de Alagoas  
Examinadora



---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Silvia Martins Carneiro Aguiar  
Universidade Federal de Alagoas  
Examinadora

Dona Terezinha de Almeida (*in memoriam*), uma griô, conhecedora da história da comunidade quilombola de Pau D'arco através da oralidade passou seus conhecimentos adquiridos passado pelos bisavós e avós.

“... O passado é nossa fonte de inspiração,  
o presente, uma arena de respiração  
o futuro, nossas aspiração coletiva”

*(Thiong'o)*

## AGRADECIMENTOS

A minha longa caminhada, o tempo passa com o vento, fiz o curso de ciências sociais online pela Universidade Federal de Alagoas, aulas presenciais e virtuais, dependendo da distância da minha residência localizada na comunidade quilombola de Pau D'arco, valeu o esforço o conhecimento em ciências sociais enriqueceu o meu intelecto que venho somar com o conhecimento das áreas de ciências humanas (geografia e história).

Agradecer os moradores da comunidade que conhece minha luta de liderança local, porém a serviço prestado a essa comunidade tem uma história de vida pautada e reconhecida por ações realizadas. A trajetória da minha caminhada na vida pública comecei muito jovem estive envolvido em movimentos sociais ligado à igreja católica como um dos membros fundadores do grupo de jovens que tinha como coordenadora a irmã catequista franciscana Carmen Ventura, a irmã realizava trabalhos sociais nas comunidades rurais e urbanas no município de Arapiraca. O grupo de jovem foi criado com o objetivo de não só ajudar na liturgia, mas principalmente discutir problemas sociais existente no Brasil nas décadas de 70 e 80, a questão fundiária com concentração das terras do Brasil nas mãos de poucos, e o assassinato de camponeses por grileiros.

O grupo foi denominado “caminhado de volta ao pai”, composto inicialmente por 19 membros onde a grande maioria era mulheres, o único representante masculino, a minha pessoa Israel Medeiros, escolhido nos encontros de grupos de jovens para representar em encontros fora da comunidade. Tive outras experiências engajei em outros movimentos sócias conhecido como “Animação dos Cristãos no Meio Rural” (ACR), conheci pessoas que tinha objetivo de construir um Brasil mais justo com igualdade de direito para todos, onde acreditávamos que seria possível um mundo melhor.

No ano de 1989, momento onde os brasileiros estavam deslumbrados com as poucas conquistas que trazia a Constituição de 1988, filiei ao Partido dos Trabalhados (PT) fortalecendo a formação política, estive a frente do Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas (SINTEAL), junto com os companheiros(as) lutamos por uma educação pública de excelência e melhorias de condições para os profissionais da educação.

Agradeço a mulher de fé, a professora Laurinete Basílio, companheira de luta, atuante em movimentos sociais, que acredita na solidariedade e nas transformações da sociedade partir do lugar onde mora.

Minha gratidão ao amigo e companheiro de luta o professor Ivan Jorge da Escola Luiz Alberto de Melo, um homem que deslumbrou-se com a comunidade quilombola de Pau

D'arco, contribuiu com o projeto da escola “Construindo a Identidade Afrodescendente” deu maior força para que eu concluísse o curso de ciências sociais.

Aos meus professores Amaro Braga, Beatriz Medeiros, Elder Patrick, Ermerson Oliveira, Jessica Danielle, João Batista, Nadja Valeska e aos demais professores que passaram pela minha formação, cada um à sua maneira contribuíram com a minha formação acadêmica e também pessoal. Estes profissionais valiosos que passaram informações que nutriu conhecimento que terá impacto para a minha vida intelectual.

Ao meu pai Davi Rodrigues e minha mãe Juvenilia Cavalcante (*in memoriam*) e a minha esposa e meus filhos.

Agradeço e dedico este trabalho a Comunidade de Pau D'arco por sua história e as novas gerações.

Assim, agradeço muito a Professora Sandreana de Melo Silva pela orientação, dedicação e incentivo nesse processo de desafio e descobertas. A professora Silvia Martins Carneiro Aguiar pelo apoio indiretamente e pelo incentivo dado.

## RESUMO

A pesquisa está inserida no campo etnográfico que acontece em Pau D'arco comunidade remanescente de quilombola em Arapiraca Estado de Alagoas certificado pela Fundação Cultural de Palmares. A recentemente, o termo quilombola era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita procurava construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. A partir da Constituição Brasileira de 1988, o quilombo adquiriu uma significação atualizada, ser inscrito no Art. 68 do Ato da Disposição Constitucional Transitória (ADCT), para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhe garantido a titulação definitiva pelo Estado brasileiro. A comunidade quilombola de Pau D'arco situada no Agreste Alagoano ao município de Arapiraca, tem como descrição análise de entender o processo histórico e social e étnico. Por ser uma comunidade de quilombo que perpassa seu processo de construção social e, por conseguinte, da fronteira étnica em contexto de compartilhamento e relação. Das comunidades da região do agreste. Pau D'arco sempre foi considerado uma das mais importantes por ter o maior número de moradores e manter a característica principal a cor negra. Entenda-se que esse grupo étnico demonstra as condições estruturais o qual se configura sua identidade através de símbolos culturais suas crenças religiosas, costumes habituais; esses símbolos sustentam suas afirmações de grupo, essa atribuição pode ocorrer alterações não se configurando temporariamente mais favoráveis da situação de contato Interétnico.

Palavra-Chave: étnica; identidade; oralidade; Pau D'arco; resistência.

## **ABSTRACT**

The research is part of the ethnographic field that takes place in Pau D'arco remnant quilombola community in Arapiraca State of Alagoas certified by the Cultural Foundation of Palmares. Recently, the term quilombola was used exclusively by historians and other specialists who, through available or unprecedented documentation, sought to build new approaches and interpretations about our past as a nation. Since the Brazilian Constitution of 1988, the quilombo acquired an updated meaning, to be inscribed in Art. 68 of the Transitional Constitutional Provision Act (ADCT), to confer territorial rights to the remaining quilombos that are occupying their lands, being guaranteed title definitive by the Brazilian State. The quilombola community of Pau D'arco located in Agreste Alagoano, in the municipality of Arapiraca, has the discretion of an analysis to understand the historical, social and ethnic process. Because it is a quilombo community that goes through its social construction process and, therefore, the ethnic border in a context of sharing and relationship. From the communities of the agreste region. Pau D'arco has always been considered one of the most important for having the largest number of residents and maintaining its main characteristic in black. It is understood that this ethnic group demonstrates the structural conditions which configure its identity through cultural symbols, its religious beliefs, habitual customs; these symbols support their group affirmations, this attribution can occur changes that are temporarily more favorable to the situation of interethnic contact.

Keyword: ethnic; Identity; orality; Pau D'arco; resistance.

## LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

|  |    |
|--|----|
| Figura 01 - Imagem retirada do relatório do ITERAL/2010.....   | 15 |
| Figura 02 - Mapeamento Comunidades Quilombolas.....  | 17 |
| Figura 03 - Professora Laurinete em entrevista a equipe do ITERAL/2009.....  | 25 |
| Figura 04 - Senhora Dona Valdeci e de sua filha Valdirene.....   | 27 |
| Figura 05 - Moradores antigos (senhor José Pedro e senhora Eulália) .....  | 29 |
| Figura 06 - Família Leite – Dona Marinete e seus filhos em momento de descanso na porta da casa.- 2009.....  | 31 |
| Figura 07 - Senhor Hercílio dos Santos (foto de julho de 2009).....  | 32 |
| Figura 08 - D. Maria de Remi mostrando a equipe de pesquisadores do ITERAL o espaço sagrado de seu terreiro – julho de 2009.....   | 39 |
| Figura 09 - D. Maria de Remi – julho de 2009.....  | 40 |
| Figura 10 - Grupo Pérolas Negra em 2008.....   | 45 |
| Figura 11 - Componentes do Grupo de dança Pérola Negra, falando da importância do grupo e como as pessoas hoje, dizem “eu conheço você, já vi você dançando” Fotos: Relatório ITERAL (2010).....                         | 46 |
| Figura 12 - Grupo de dança da 3ª idade se organizando para apresentação – 2008.....  | 47 |
| Figura 13 - Apresentação do Grupo Pérola Negra na Festa Meados de agosto, realizada pelo segundo ano na comunidade remanescente Quilombola de Poços do Lunga localizada no Município de Taquarana em agosto de 2011..... | 49 |
| Figura 14 - Fotografia da Professora Laurinete Basílio.....  | 55 |
| Figura 15 - Renailda Leite, moradora quilombola de Pau D’arco.....   | 58 |
| Figura 16 - Apresentação do Grupo Pérola Negra.....  | 59 |
| Figura 17 - Apresentação do Grupo de Dança.....  | 60 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|        |  |
|--------|--|
| ABA    | Associação Brasileira de Antropologia.                   |
| ADCT   | Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.        |
| FCP    | Fundação Cultural de Palmares.                           |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.         |
| INCRA  | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.     |
| ITERAL | Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas.        |
| SEPPIR | Secretária de políticas de Promoção da Igualdade Social. |
| UFAL   | Universidade Federal de Alagoas.                         |
| UNEAL  | Universidade Estadual de alagoas.                        |

## SUMÁRIO

|            |  |           |
|------------|--|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b>   | <b>PROCESSO HISTÓRICO E CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE PAU D'ARCO EM ALAGOAS.....</b>    | <b>15</b> |
| <b>2.1</b> | <b>Comunidade Quilombola de Pau D'arco e sua etnicidade.....</b>                     | <b>18</b> |
| <b>3</b>   | <b>IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE PAU D'ARCO.....</b>                | <b>25</b> |
| <b>3.1</b> | <b>Práticas de solidariedade e lazer.....</b>  | <b>31</b> |
| <b>3.2</b> | <b>A monocultura do fumo e suas consequências.....</b>                               | <b>33</b> |
| <b>3.3</b> | <b>Política local e mudanças estruturais em Pau D'arco.....</b>                      | <b>35</b> |
| <b>3.4</b> | <b>Terra e Territorialidade.....</b>   | <b>36</b> |
| <b>3.5</b> | <b>As práticas religiosas na comunidade de Pau D'arco.....</b>                       | <b>37</b> |
| <b>4</b>   | <b>FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA E QUILOMBOLA NA COMUNIDADE PAU D'ARCO.....</b> | <b>42</b> |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>62</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>64</b> |
|            | <b>ANEXO A - IMAGENS.....</b>  | <b>67</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa está inserida no campo etnográfico que acontece em Pau D'arco Comunidade Remanescente de Quilombo em Arapiraca Estado de Alagoas certificada pela Fundação Cultural de Palmares em dezembro de 2006.

A pesquisa tem como base evidência os saberes populares existentes nesta comunidade que são transmitidos de geração em geração através da oralidade e preservado pelos moradores com importante legado de seus ancestrais para isso contamos com relatos de contadores de história que são considerados por todos como mestre de oralidade local e por serem as principais referências no trabalho científico realizado por mim e pela professora Laurinete Basílio dos Santos, com a temática Comunidade Remanescente de Quilombo de Alagoas realizado em 2006 que resultou no resgate da origem da comunidade tem como estudo os três das primeiras famílias a povoar esta comunidade que vieram de antigos quilombos da região foi através da oralidade e dos conhecimentos dos pais, a avós e bisavós que o mestre da oralidade repassam através de relatos de seus conhecimentos que denominamos memória coletiva a antropologia social é o campo que apropria com maior propriedade no trabalho o qual será desenvolvido o meu TCC.

Antropóloga Míriam de Fátima Chagas do Ministério Público Federal discorre sobre estudos antropológicos nas comunidades de Quilombos o que diz:

“O exercício da prática antropológica dentro das específicas condições de pesquisa, como é o caso da realização de estudo para a produção de relatórios, pareceres e laudos antropológicos que visa o reconhecimento das comunidades das terras de Quilombos ao mesmo tempo em que nos tem feito refletir criticamente a realidade de tal prática tem acenado como nova reconfiguração de saberes, propiciado para um campo de pesquisa que conjuga o envolvimento das comunidades pesquisadas, dos pesquisadores de várias áreas, militante de movimento sociais, dos profissionais de entidades e instituições públicas entre outras”. (CHAGAS, 2005, p.71).

Pego como referência locais, os estudos sobre comunidades quilombolas em Alagoas como o relatório do Iteral (2010) a monografia de Sandreana de Melo Silva, cujo o Título é Comunidades Quilombolas em Alagoas (2011), a dissertação: “Saí do Sol Galego”, o fenômeno do Albinismo na Comunidade Filú – Santana do Mundaú/Alagoas, a dissertação de Ana Kelmany da Silva. Em Pau D'arco muitas flores: Memória, Território de Pertences e Fronteira Étnica (2019). Assim como farei uso do Filme Etnográfico Perolas negras de Pau D'arco, 36', autoria de Sandreana de Melo Silva, ano 2020.

O primeiro capítulo. Processo Histórico e Certificação da Comunidade de Pau D'arco em Alagoas: importância da oralidade em comunidade quilombola está centrada nas

manifestações culturais que estão presente no território quilombola surge espontaneamente na vivência cotidiana, os primeiros moradores fixados nesta área territorial são construtores da história que denominamos história oral. O que diz Vansina “uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como meio de comunicação diária, mas também como meio de preservação dos ancestrais, venerados que poderíamos chamar elocuições – chaves. Isto é a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, com um **testemunho** transmitido verbalmente de geração para outra”.

Que perpassa de geração em geração é no espaço e tempo as manifestações culturais de herança trazidos pelas raízes negras africanas com seus significados históricos e desafios torna um grande potencial que seus moradores continua mantendo vivas nos costumes, na culinária e na religião.

Os métodos inseridos são importantes para os princípios da história oral, os meios fundamentais como entrevista legitimadas como fonte por seu valor informativo e simbólico na construção narrativas (FERREIRAS; AMADO, 2002). Como método, a história oral se ergue segundo alternativas que privilegiam as entrevistas como atenção essencial dos estudos. Trata-se de centralizar os testemunhos como ponto fundamental, privilegiado, básico de análises. História oral como metodológico implica formular as entrevistas como epicentro da pesquisa. Segundo Vansina.

“Em ambos os casos, as tradições compreendem não só a mensagem, mas também as próprias palavras que serve de veículos”. (VANSINA, 2008, p.80).

As técnicas têm como específico a dar suporte a pesquisa a ferramenta tecnológica utilizada, o gravador que capta as informações coletadas pelos grupos mencionados é essencial para o TCC.

No segundo capítulo. História Identidade Territorialidade da comunidade Pau D`arco saberes culturais dentro de estudos de comunidades quilombolas, pois consideram-se comunidades quilombolas pois são grupos étnicos considerado remanescente de um processo histórico que iniciou nos tempos da escravização de indivíduos pertencente a povos africanos que foram trazidos ao Brasil desde o período colonial. Esses povos escravizados passaram por um processo histórico através no qual participaram de movimentos de resistência à dominação de formação de áreas de quilombos. Na percepção de Arruti “uma historicidade que remete sempre ao par memória – direitos, e se tratando de remanescente o que estar em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento de processo histórico de espoliação” (ARRUTI, 2005 p.82). Há todo uma atuação de Estado voltado para o reconhecimento dessas

comunidades que reconhecidamente indivíduos, detêm uma identidade cultural étnica própria, possui indivíduos que atuam como rezadores, benzedeiros, raizeiros/ as dentro de áreas urbanas e rurais são riqueza de cunho de pratica cultural popular que resiste ao tempo. Estas comunidades representam resistência e diferentes formas de denominação e reatualizam seus costumes e práticas dentro de importantes laços de sociabilidade interna dentro de suas comunidades e articuladas com outras em âmbito local, regional e nacional dentro da consciência de direitos históricos reconhecidos pela legislação brasileira. Para Barth, “no entanto a maior parte da matéria cultural e qualquer momento do tempo está associado a uma população humana não tem seu movimento impedido por essas fronteiras ela pode variar, ser apreendida e mudar, sem que isto tenha qualquer implicação para a manutenção da fronteira do grupo étnico”. (BARTH, 2005, p.45).

No contexto e estudo de Alagoas faz parte de testemunho histórico, tornou-se o berço da resistência negra no Brasil com a implementação do Quilombo dos Palmares, no século XVII este foi o maior quilombo do colonial brasileiro, a terra de Zumbi viveu e morreu, situado em União dos Palmares hoje espaços de resistências e luta reconhecida comunidade de quilombos do estado, seus herdeiros os quilombos fixados em área remanescentes a terra é essencial para sua sobrevivência. Tendo uma população mais de 17 mil quilombolas lutam para preservar as memórias, costumes e conquistar direitos básicos.

Embora seja o segundo menor estado da federação, o estado de Alagoas abriga 69 comunidades quilombolas, 65 receberam certificado e 4 esperam ser certificadas, distribuídos em 35 municípios.

No terceiro capítulo. A Escola como Protagonista da Construção e Fortalecimento de Pau D’arco. Este capítulo vem com objetivo de trazer a importância do sistema educacional na construção e fortalecimento da identidade negra e quilombola desse grupo.

## 2 PROCESSO HISTÓRICO E CERTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE PAU D'ARCO EM ALAGOAS

“O conhecimento de suas origens que leva o indivíduo sentir-se pertencente ao grupo étnico com o conhecimento de sua própria história a pessoa o grupo terá argumento quando for vítima de discriminação, por exemplo um ditado antigo contra a negritude quando alguém queria inferiorizar uma pessoa negra, dizia o seguinte “negro procura o seu lugar”. Que lugar esta pessoa estava referindo? Sem dúvida, o pior lugar que o ser humano pode ter e se tenha como morador preto”. (Laurinete Basílio, entrevista 25.11.2020).

**Figura 01** - Imagem retirada do relatório do ITERAL/2010



**Fonte:** Melo (2020).

Nos últimos anos grande números de comunidades remanescentes de quilombo tem despontado no cenário político nacional devido às reivindicações relativas o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Momento importante na história do país, esta conjuntura traz à tona a pluralidade de trajetória que os descendentes de escravos tiveram que viver na busca por melhores condições de vida e direito da cidadania. Por outro lado, a visibilidade destes grupos continuamente esquecidos

pelos agentes do poder público tem muito a contribuir para a compreensão da formação da sociedade brasileira.

Até recentemente, o termo quilombola era de uso quase exclusivo de Historiadores e demais especialistas que, por meio da documentação disponível ou inédita procurava construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. A partir da constituição brasileira de 1988, o quilombo adquiriu uma significação atualizada, ser inscrito no Art. 68 da Disposição Constitucional Transitória (ADCT), para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro.

A expressão “Comunidade Remanescente de Quilombo” para escrever um processo de cidadania incompleto. Veio também sistematizar um conjunto dos anseios por mudanças de porte da sociedade brasileira. Veio solicitar a proteção, por parte do Estado, das terras e manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras.

Essas comunidades ainda se baseiam em formas organizativas tradicionalmente quilombolas porque seus costumes e cosmovisões remetem a uma memória ancestral fundadora que é constantemente reconstruída pela oralidade e organicidade de suas organizações culturais e formas de viver em grupos, inclusive com o uso da terra.

A ressemantização proposta por Arruti (2012) permite a identificação de população que combinam uma memória e um ethos capazes de as identificarem como comunidades negras rurais, mais sem antes os seus próprios agentes sociais se reconhecerem como remanescentes de uma determinada memória. Seguindo este marco histórico, podemos argumentar que, várias comunidades quilombolas hoje estão caminhando na direção de um processo de identificação da pertença quilombola que segundo o autor “implica a instituição de tal coletividade, simultaneamente, como sujeito de direito e como fonte de pertencimento identitário de uma coletividade” (ARRUTI, 2005, p.201), que antes não eram reconhecidas, nem se reconhecia como quilombola. Essa nova significação implica “uma historicidade que rende sempre ao par memória-direito, em se tratando de remanescente, o que está em jogo é a manutenção de um território como reconhecimento de um processo histórico de espoliação” (ARRUTI, 2005, p.82).

O Brasil viveu três séculos e meio de escravidão e ainda carrega em sua história mais de meio milênio de uma vivência estruturante do racismo como instrumento de opressão da população negra. Historicamente os quilombos se organizaram com espaço de resistência e de construção de liberdade e autonomia negra, sendo uma de suas características fundamentais a

ocupação e o uso de terras, urbanas e rurais, como forma de visibilizar vida digna para a comunidade, através de seus modos de vida e de seus próprios costumes.

Nos últimos 13 anos, 3.168 comunidades quilombolas. Menos de 7% das terras reconhecidas como pertencentes a remanescentes de quilombos estão regularizadas no Brasil. Nos últimos 15 anos 206 áreas quilombolas com cerca de 13 mil famílias foram tituladas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), órgão que execute a titulação das terras já identificada e reconhecida. (BRITO, 2018, 13:35).

No Estado de Alagoas segundo Emanuel (Bié) da coordenação Ganga Zumba existe 70 comunidades certificadas pela Fundação Cultural de Palmares (FCP) a comunidade de Tabacaria situado na cidade de Palmeira dos Índios a primeira comunidade que recebeu a titulação de terra pelo Incra, algumas comunidades estão em processo de titulação.

Figura 02 - Mapeamento Comunidades Quilombolas



Fonte: Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – (ITERAL) (2020).

As situações das comunidades quilombolas do Estado de Alagoas vivem em situação de pobreza, a grande maioria necessita de infraestrutura o que tem nessas comunidades, uma escola e um posto de saúde.

Um dos grandes desafios encontrados pelo órgão público e entidades que trabalha com população quilombola é dispor de informações qualificadas sobre seu território e suas respectivas comunidades. Este estudo utiliza também dados informações disponibilizados pela Fundação Cultural de População, Censo Escolar 2014, Relatório da Secretaria de Estado da Mulher e Direitos Humanos de Alagoas e Coordenação Estadual Remanescente de Quilombo (GANGA ZUMBA ALAGOAS).

## **2.1 Comunidade Quilombola de Pau D'arco e sua etnicidade**

A comunidade quilombola de Pau D'arco um quilombo situado no agreste alagoano no município de Arapiraca tem como descrição análise de entender o processo histórico e social e étnico. Por ser uma comunidade de quilombo que perpassa seu processo de construção social e, por conseguinte, da fronteira étnica em contexto de compartilhamento e de relação.

Em grande parte dos estudos sobre comunidades quilombolas atuais a orientação teórica tomada por antropólogos e outros pesquisadores remete a obra de Frederik Barth. Nessa perspectiva teórica um grande grupo étnico não é compreendido “em termo de conteúdo culturais que encerra e define suas diferenças” (O'Dwyer, 2002, p.15). O que diz Barth a esse raciocínio de O'Dwyer.

No entanto a maior parte da matéria cultural a qualquer momento no tempo está associada a população humana não tem seu movimento impedido por essas fronteiras, ela pode variar ser aprendida e mudar sem que isso tenha qualquer implicação para manutenção da fronteira do grupo étnico” (BARTH, 2009, p.15).

A comunidade quilombola de Pau D'arco correlaciona a estes atributos que permite a mesma, conexa com o tempo e o espaço geográfico, os membros que integram a comunidade interagem entre si e o externo.

Segundo Kelmany Pau D'arco é lido aqui como uma configuração social nos moldes de Elias (2000), implicando dizer que a proposta é buscar apreender esse grupo de maneira relacional sendo este um desafio caro nesse processo torna-se fundamental acenar para a interdependência e para configurações que as pessoas estabelecem umas com as outras, fazendo com que o estudo de um pequeno grupo adquira uma grande complexidade.

A comunidade de Pau D'arco localizada a 12 quilômetros de Arapiraca com mais de 3 mil habitantes é reconhecida como remanescente quilombola, pois a maioria de seus moradores são descendentes direto de escravos. Das comunidades negras da região do agreste, Pau D'arco sempre foi considerado uma das mais importantes por ter maior número de moradores e manter a característica principal a cor negra, por isso ficou conhecido na região como Pau D'arco dos negros.

A formação do povoado aconteceu no final do século 19 com extinção do trabalho escravo no país. Seus primeiros moradores vieram de quilombos existentes na região como Rio das Cruzes, situado no Limoeiro de Anadia, Tabuleiro dos Negros em Penedo e do povoado antigo da região, Sítio Cangandú.

A maioria dos moradores são descendentes de três famílias, onde os patriarcas foram escravo e povoaram a comunidade. A família do primeiro morador negro Manoel Tomás da Silva, que morava no quilombo existente no Tabuleiro dos Negros, teria vindo a Penedo a procura de terra para comprar. De acordo com José Leite dos Santos, Manoel Tomás chegou na comunidade com a companhia da esposa Josefa da Silva e quatro filhos: Francisca da Conceição Silva, Maria Rita da Silva, Maria Tomás da Silva e Roberto Tomás da Silva (SANTOS 14/10/2006).

Em entrevista, a outra moradora da comunidade Terezinha de Almeida quando foi indagada em relação ao número de filhos do casal ela alegou que era seis filhos quatro mulheres e dois homens. (ALMEIDA / 17/11/2006).

Todos os entrevistados alegaram ter ouvido de seus antepassados que todas as terras de comunidade de Pau D'arco pertenciam a um senhor descendente de português, o capitão João de Deus Florentino, que era dono das terras e da propriedade do povoado Cangandú e das terras de Pau D'arco.

Manoel Tomás ao chegar aqui teria comprado terras a esse senhor, inclusive para comprovar o que eles disseram, o documento, escritura dos terrenos da maioria dos moradores da comunidade faz referência a comunidade do povoado Cangandú.

Uma das razões de Pau D'arco ao longo do tempo não ter mantido a cor dominante negra de seus moradores foi o casamento da primeira filha de Tomás que era negra Francisca da Conceição Silva, com o jovem de cor clara de origem desconhecida Januário Monteiro da Silva, segundo o depoimento José Rodrigues de Almeida, da união do casal, nasceram seis filhos, onde a maioria descende das famílias Rodrigues e Almeida.

A família Pragelo que de acordo com a opiniões de antigos moradores é a segunda família a povoar a comunidade de Pau D'arco.

Seu José de Almeida, alega que, desde pequeno teve interesse de ouvir seus avós falarem de seus antepassados. Ele relata que José Januário Pragelo era habitante do povoado Cangandú, filho de uma escrava com um homem branco que se casou com Maria Rita da Silva, filha de Manoel Tomás. Com a união dos dois cresceu o número de membros na família de Tomás e conseqüentemente ele precisou comprar mais terra ao capitão João de Deus de Cangandú, tornando a comunidade de Pau D'arco autônoma, onde ganhou esse nome devido existir no local bastante arvores com nome de Pau D'arco. (ALMEIDA / 21/11/2006).

Em entrevista ao senhor José Leite dos Santos, conhecido como seu Iaiá, ele mencionou que essa época era normal casamentos entre parentes próximos com primos, bastava o bispo ou o padre dá o consentimento por isso as famílias se mesclavam tornando evidente a linha de parentesco por conta disso os idosos costumavam dizer que a maioria dos moradores de Pau D'arco era formado por três famílias.

Esses negros vieram para cá procurando abrigo e trabalho, foi o caso de Luiz Tolentino ex-escravo natural de Rio das Cruzes, Limoeiro de Anadia, que chegou a essa comunidade no século XIX, por volta de 1885.

A família Tolentino representa a terceira família que compõem a maioria dos moradores de Pau D'arco. Os descendentes do senhor Luiz Tolentino mantem parcialmente características negras, sua população é composta por negros e pardos. (JOSÉ PRETINHO /05/11/1997).

Segundo seu José André, conhecido como “Zé Pretinho”, os membros dessas três famílias Tomás que originou-se a família Januário, Pragelo e Tolentino, casava entre si as famílias mantinham essa tradição, dificilmente eles casavam com pessoas de outras comunidades (ANDRÉ /05/10/1997).

Ao ser interrogado pelos alunos da escola Luiz Alberto de Melo sobre sua origem como neto de escravo e remanescente de quilombola seu Zé Pretinho alegou ter orgulho de sua origem e amplo conhecimento da história de seus antepassados. Segundo ele, nunca teve vergonha de morar no Pau D'arco dos negros, porém os moradores dessa comunidade sempre foram tratados com desdém, por causa de sua origem, até a urna no dia da eleição tinha cor preta diferentes da cor das urnas das outras comunidades onde tinha sessão eleitoral. Sobre a comunidade ele explica:

“Em relação ao passado, hoje está mudado. O povo tem carro próprio, ônibus que circula na comunidade para ir à feira. No meu tempo, a gente andava a pé ou a cavalo. O meu desejo é ver esse povoado com mais assistência, para que a nossa comunidade não sofra mais. Chega de sofrimento. O tempo da escravidão passou”. (PRETINHO / 05/10/1997).

Seu Zé Pretinho como era conhecido uma pessoa preocupado com o desenvolvimento e bem-estar dos moradores dessa comunidade, todos consideravam uma liderança em Pau D'arco a comunidade remanescente de Pau D'arco, zona rural do município de Arapiraca com a população estimada a 3 mil habitantes, a economia é agrícola, a grande maioria da população depende exclusivamente do setor primário. A lavoura fumageira foi a atividade econômica que predominou no município de Arapiraca, Pau D'arco também está inserido nesse processo.

Segundo a senhora Terezinha de Almeida (19/11/2000) moradora e descendente de quilombola lembra quando criança a lavoura explorada de subsistência era feijão, milho, mandioca, algodão, criação de aves, porcos, cabras, ovelhas e uma cabecinha de gado o modo de falar na época. O sistema era de mutirão e reunia um batalhão de homens que combinavam entre eles, preparava o terreno para o plantio na estação de inverno, a pessoa beneficiada responsabilizava pelo almoço todos eram ajudados, a roça pronta para o plantio de feijão, milho, mandioca e algodão, o fim de inverno, outra atividade era explorada a farinhada, os homens arrancavam mandioca e as mulheres rapava e depois transformava em farinha, na estação de verão.

As moradias eram casas de taipa, a coletividade entre os homens era conjunta construída fazia festas a noite todos dançando forró, a despedida de solteiro, a partir de 1940, a senhoras Felizinda Francisca de Almeida e Zilinda Francisca de Jesus, foram responsáveis por plantarem na comunidade as primeiras sementes de fumo, a área de terra plantada era insignificante, as pessoas não tinha conhecimento não se interessava para essa atividade agrícola. Os moradores da comunidade eram muito pobres e carentes.

As pessoas vindas de fora que não era moradores nativos do lugar, compraram terras fixaram na comunidade, quando a lavoura do fumo ocupou espaço e as pessoas da comunidade se interessaram, e começaram a plantar fumo. Com o plantio do fumo a lavoura de subsistência diminuiu e aumentou a área de fumo, o trabalho de mutirão desapareceu, palavra alugado, era desconhecida, quando os senhores proprietário de terra queria o terreno pronto para o plantio de fumo chamava o batalhão de homens para executarem determinadas área, no sábado pagava o valor determinado pelo serviço.

A monocultura do fumo predominou a muito tempo na comunidade, atividade econômica rentável, do pequeno ao médio produtor, além daqueles que trabalhavam como meeiro dividia a produção do fumo com o dono da terra e tinha os que arrendavam terra para o plantio de fumo. A lavoura fumageira na região de Arapiraca declinou-se, Pau D'arco foi

abalado e muito, o padrão da população local eram de classe média baixa, com a crise da lavoura do fumo o empobrecimento das pessoas que dependia dessa atividade. Como não havia outra alternativa o fumo era o meio de sobrevivência, na metade da década de 80 no declínio do fumo a mandioca junto com hortaliças ocupou pequenos espaços, a produção da mesma é vendida para o Estado de Pernambuco e Sergipe, em quanto as hortaliças uma parte vendida na feira de Arapiraca e outra na feira de Maceió.

A questão política na comunidade de Pau D'arco está ligada a política local do município de Arapiraca, a disputa pelo poder ao cargo de prefeito e vereadores, a comunidade de Pau D'arco participava de forma direta através de lideranças pessoas que se destacam tem respaldo perante os moradores, conseguiram benefício como posto de saúde, escola, água encanada, creche e o asfaltamento da estrada principal. As autoridades municipais contemplam por meio de obras a comunidade. Pessoas da comunidade que tinha conhecimento pessoal na cidade principalmente político, esta era bem vista respeitado sempre visando o interesse político.

Desde 1950, a senhora Zilinda Francisca de Jesus, destacou-se como liderança na comunidade, os políticos de Arapiraca a respeitava, através desses prestígios o poder municipal construía escola e posto de saúde. Na época o prefeito Luiz Pereira Lima (1954-1958) ele tinha votação magnífica e com isso dava uma atenção diferenciada das outras comunidades. (Almeida, José Pedro de; Entrevista / 14/02/2006).

Com o afastamento por razões de doenças, seus sobrinhos tomaram gosto pela coisa, assumindo o espaço que de outrora foi de sua tia. A partir de 1970, a comunidade de Pau D'arco era dividida, existia dois partidos na época: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o MDB era sempre o vencedor liderado por José de Melo, sobrinho de Zilinda. O próprio candidatou-se duas vezes para vereador, não tendo êxito entre os anos (1982-1988).

Nos dias atuais essas lideranças perderam muito perante a comunidade, por razões de interesses individuais, não como antes a coletividade vinha primeiro, hoje o que se vê são cabos eleitorais pedindo voto para determinados candidatos em troca de favores e dinheiro que recebe em benefício próprio. (Almeida / Entrevista / 14/09/2006).

A comunidade foi formada por remanescentes mantendo características peculiar os moradores mobilizaram para a obtenção de reconhecimento oficial.

O documento solicitado o reconhecimento foi enviado a Fundação Cultural de Palmares no dia 19 de setembro (2006), por uma comissão formada pelo presidente da associação comunitária Josimar Rodrigues de Melo, pela professora de história Laurinete

Basílio dos Santos, e agente comunitária de saúde Maria Elizabete da Conceição e os moradores mais idosos da comunidade.

Pau D'arco adquiriu a certidão de auto reconhecimento em 05 de dezembro de 2006 e no dia 07 de fevereiro de 2007 foi certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural de Palmares, segundo dados do instituto de terras e reforma agrária de Alagoas – ITERAL. Atualmente o quilombo possui cerca de 3 mil habitantes distribuído nas 715 famílias nucleares, que também corresponde a unidade habitacionais, das quais aproximadamente 340 são quilombolas ou encontra-se associado como tal, sendo assim a maior comunidade quilombola de Alagoas, em relação ao número de famílias.

Tendo em vista que no auto definimos como remanescentes quilombolas, uma equipe de educadores compromissados com o projeto educativo na escola, professor Luiz Alberto de Melo, desde 2005 realiza a “Semana da Consciência Negra” cumprindo o cronograma de ações afirmativas, com apresentações culturais, como grupo de danças afro-brasileira, com alunos da escola, exposição cultural eleição das garotas afro descendentes 2006 (Pérolas Negras). O evento tem como objetivo integrar escola-comunidade, regatar valores culturais elevar autoestima dos alunos, vivenciar a cultura afro e reconhecer-se como membro de uma comunidade quilombola.

De acordo com José Cipriano dos Santos, neto de Luiz Tolentino, os poucos moradores dessa comunidade há 70 anos atrás tinham um pedaço de terra para trabalhar, ninguém trabalhava de arrendatário. Segundo ele existia um sistema de trabalho de mutirão. Grupos de homens se juntavam para preparar a terra para a plantação de fumo ou produto de subsistência como milho e feijão. Esses trabalhos coletivos ficaram conhecido como “Festa de Canteiro” o dono da propriedade bastava abater um porco, servir bastante cachaça e no final da tarde o trabalho estava feito. No outro dia esse grupo iria fazer o trabalho de outro companheiro José Cipriano diz: “Era um trabalho onde um ajudava o outro. Porque o dinheiro nesse tempo era pouco difícil de arranjar, e quando conseguia algum conte de reis só dava para comer”. (CIPRIANO /14/11/2006). Quando interrogava sobre as opções de lazer que a comunidade oferecia aos seus moradores Terezinha de Almeida disse ter poucas opções, apenas em São João onde os moradores faziam uma fogueira enorme na frente das casas, quando os casais de jovens dançavam valsas ao redor da fogueira, brincavam de compadre e comadre, os jovens e crianças casavam de mentirinha diante da fogueira. Um outro momento os moradores se divertiam era no dia da festa da padroeira de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que antes era homenageada pelos seus moradores dia de todos os santos, isso antes da construção da igreja.

Outro momento animado onde os moradores festejavam cantando e dançando pagode, era quando em regime de mutirões para barrar casas de pau-a-pique de moradores da comunidade. Era uma atividade que envolvia crianças, jovens e adultos. Os homens erguiam a casa, preparava o barro, as mulheres buscavam água e junto com as crianças levava o barro para os homens barreirar a casa.

O dono da casa abatia porco, peru, bode, galinhas, preparava refeição para os trabalhadores enquanto eles cantavam músicas exaltando os nomes dos donos da casa. Quando a casa ficava pronta, geralmente a noite acontecia um pagode com todos os envolvidos e convidados da região para bater o piso da casa onde todos se divertiam comendo e bebendo cachaça, uma das músicas cantadas no final era: “João de Barro despedidas, despedida de amor faz chorar, Manoel despedida de amor faz chorar” (Almeida /Entrevista / 12/11/2006).

A cada refrão cantado pelos moradores eles mencionava um nome de um membro presente, a música só terminava quando falava o nome de cada um presente na festa.

Esses relatos que foram passados pelos moradores da comunidade mostram o significado de um modo de vida no território quilombola. Esses relatos permitem caminhar na direção que coloca O’Dwyer (2002), quando esses grupos terem desenvolvido prática e cotidiano de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característica e na consolidação de um território próprio. E Barth consiste que “as entidades étnicas são igualmente “imperativas”, não podendo ser suprimidos por outras definições mais favoráveis da situação interétnico”. (BARTH,1996, p.85).

No caso dos estudos feitos com objetivo de reconhecimento dos territórios dessas comunidades para nos atermos somente a analisa os próprios limites que o processo vem apresentado devido às restrições colocadas tanto no âmbito institucional quando político, vê-se que as comunidades reiteradamente os refere como meio de “transmitir” e testemunhar suas próprias perspectiva ou seja sobre suas experiências história, em defesa dos direitos que a levam a busca é reconhecimento oficial de suas terras, ainda que, muitas vezes não veja uma imediata resposta ou “efeito” jurídico que o estudo suscitam. (CHAGAS, 2012, p.72).

O que CHAGAS menciona a comunidade quilombola de Pau D’arco através dos moradores nativos remete a uma configuração de historicidade própria com conteúdo que resistiram com o tempo.

### 3 IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE PAU D'ARCO

A Comunidade de Pau D'arco está localizada a 12 quilômetros a sudeste do centro de Arapiraca, limita-se ao norte com a rodovia AL-102, ao sul com o riacho Perucaba, ao leste com os povoados Balsamo, Taquara e Poço de Baixo e ao oeste aos povoados Furnas e Batinga. Tem uma população que já ultrapassa a 3 mil habitantes (dados da Unidade de Saúde local de 2015) e guarda no seu interior uma comunidade de remanescente quilombola, sendo 50% de seus moradores autodeclarados descendentes direto de descendentes de escravizados, estando cadastrado como membros da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo e distribuído por 715 famílias de preto e pardo até o final de 2018.

Das Comunidades remanescentes de quilombos da região do Agreste alagoano, Pau D'arco sempre foi considerado como uma das mais importante por ter um número mais expressivo de moradores e manter as características e fenótipos acentuadamente negros, sendo a comunidade conhecida e estereotipada por pessoas de regiões vizinhas, que denominava a comunidade de Pau D'arco dos negros.

Figura 03 - Professora Laurinete em entrevista a equipe do ITERAL/2009.



Fonte: Melo (2020).

A professora e Diretora da Escola da comunidade Laurinete, relatou: Que a época que cursava faculdade em Arapiraca, quando o ônibus com estudantes de Pau D’arco passava as pessoas dos povoados vizinhos gritavam: lá vem os negros de Pau D’arco. O reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõem o conhecimento de sua experiência social, isso significa “o viver histórico cotidiano do sujeito e sua experiência social expressando a sua cultura” (THOMPSON apud MARTINELE, 1999,p.24).

“Podemos perceber que o contexto social não é capaz de apagar de um sujeito aquilo que ele chamou de sua essência. Isso se processa atrás da memória. “A memória não separa o presente do passado. Uma vez que o primeiro contém o segundo que vai atualizando fatos da história e da vida”. (MACHADO, 2000, p.86).

O que podemos observar nos relatos de nossos interlocutores é que a forma como os grupos vizinhos viam e tratavam as pessoas de Pau D’arco, fortaleceu no grupo o sentimento de pertencimento, o que para a Arruti (2008), a expressão “ Remanescentes de Quilombos” surge como decorrência do processo de ressignificação do antigo quilombo que para o Estado brasileiro, de uma certa forma fortaleceu a ideia de grupo. E, também, um sujeito de direito constitucional, através do art. 68 do ato das disposições constitucionais transitória (ADCT) da Constituição Federal de 1988 bem como acrescenta Luana Teixeira (2008).

O surgimento de um grupo étnico está fixado ao território, este é o pilar para que este povo desenvolva com os seus sustentáculos vitais a suas existências, são os laços familiares, costumes religião, língua estes componentes constitui a identidade cultural de um povo.

A Comunidade de Pau D’arco elevado a vila, povoação de categoria inferior à de cidade, mais superior de aldeia. A área territorial de Pau D’arco está conectada a este pilar o “território”, ocupado por pessoas que aqui fixaram os primeiros moradores descendentes quilombolas.

O que diz Barth:

“Os critérios e sinais de identificação implica a persistência dos grupos étnicos e também uma “estrutura de interação” que permite a reproduzir as diferenças culturais ao “isolar” certos segmentos da cultura de possíveis confrontações e ao mesmo tempo sua interação com outros setores”. (BARTH, 2010, p.120).

Entenda-se que o grupo étnico demonstra as condições estruturais o qual se configura sua identidade através de símbolos culturais suas crenças religiosas costumes habituais; estes símbolos sustentam suas afirmações de grupo, essa atribuição pode ocorrer alterações vão se configurando temporariamente mais favoráveis da situação de contato Interétnico.

Figura 04 - Senhora Dona Valdeci e sua filha Valdirene



Fonte: melo (2020).

A formação do povoado data da segundo informações os moradores mais antigos e conhecedores da história da comunidade, a família do primeiro patriarca negro a se estabelecer na localidade, o senhor Manoel Tomás da Silva, veio do Tabuleiro dos Negros uma localidade na divisa dos municípios de Igreja Nova e Penedo-Alagoas, onde trabalhava em regime de homens livres. Teria vindo a procura de terras para comprar, chegando aqui foi por volta de 1880 e negociando com um senhor como Gonçalo que já habitava a localidade ainda sem denominação, uma pequena propriedade, existindo apenas duas ou três casinhas de trabalhadores e alguns hectares de terras beneficiadas com pastos para criação de gado e lavoura de subsistência. O resto da terra era coberto por mata virgem predominante uma variedade de Ipês ou Pau D'arco que daria mais tarde o nome do lugar. Afirma-se que seu "Gonçalo" ao vender a propriedade com tudo o que nela havia, também acertou que seus

moradores ficariam trabalhando para Manoel Tomás e, por não ter constituídos descendência, “seu Gonçalo” não é considerado genealogicamente, formador da povoação.

Com a chegada dos primeiros moradores Manoel Tomás junto com sua família a área territorial era denominada como Cangandu. De acordo com José Leite dos Santos o nome de Pau D’arco surgiu por volta da década de 50 do século XX e foi sugerido pelo então prefeito de Arapiraca, “Luiz Pereira Lima”, que observando a abundância de árvores dessas espécies na região do quilombo, sugeriu que o lugar fosse assim nomeado, delimitado suas fronteiras territoriais.

Através das informações passadas pelos idosos que a maior parte das terras da localidade estendia até o Cangandu, povoado mais antigo de Arapiraca e pertencia a um senhor João de Deus Florentino, a quem Manoel Tomás recorreu para comprar mais terras e ampliar o seu patrimônio.

De acordo com as informações de José Leite dos Santos o seu “Manoel Tomás”, chegou na localidade por volta de 1880, em companhia de sua esposa Josefa da Silva, e quatro filhos, sendo três mulheres (Francisca da Conceição, Maria Rita e Maria Tomás) e um homem (Roberto Tomás). Já de acordo com as informações de Dona Terezinha de Almeida os filhos do casal eram seis: quatro mulheres e dois homens no que tange em números de filhos diverge entre os idosos.

Anos depois de árduo trabalho, a família prosperou e veio o casamento da primeira filha do casal ancestral (Manoel Tomás e Josefa da Silva), Francisca da Conceição que contraiu o matrimônio com Januário Monteiro da Silva, um jovem de cor branca, sem posses econômicas, vindo da localidade de Pesqueira, em Pernambuco (informações duvidosas). Por ser forasteiro pobre, porém de cor branca e bem vistoso gerou-se entre os membros da própria família de Manoel Tomás desconfianças sobre aceitação do casamento, registrando-se o primeiro caso de discriminação racial, contrariando a lógica racista brasileira na relação entre brancos e negros. Da união desse casal nasceram seis filhos e nesse alinhamento, não se sabe em que ponto da ramificação genealógica, surgiram as famílias “Rodrigues e Almeidas”, com forte presença na localidade.

Figura 05 - Moradores antigos (senhor José Pedro e senhora Eulália)



Fonte: Melo (2020).

Seu José de Almeida alega que desde pequeno teve interesse em ouvir seus avós falarem de seus antepassados. Ele relata que José Januário Pragelo era habitante do Povoado de Cangandu, filho de uma escrava com um homem branco que casou-se com Maria Rita da Silva, filha de Manoel Tomás com a união dos dois cresceu o número de membros da família ramificando-se sabe-se em quanto alinhamento genealógico as famílias “Alves e Roberto” na família de Manoel Tomás e conseqüentemente ele precisou comprar mais terras ao capitão João de Deus Florentino de Cangandu, tornando a Comunidade de Pau D’arco autônoma, onde ganhou esse nome devido existir no local bastantes arvores com o nome Pau D’arco. Em entrevista ao senhor José Leite dos Santos, ele mencionou que nessa época era normal casamento entre parentes próximos como primos, bastava o Bispo ou o Padre dá o consentimento. Por isso as famílias se mesclavam tornando evidente a linha de parentesco por conta disso os idosos costumavam dizer que a maioria dos moradores de Pau D’arco era constituído por três famílias.

Esses negros vieram para cá procurando abrigo e trabalho, foi o caso de Luiz Tolentino ex-escravo natural de Rio das Cruzes, Limoeiro de Anadias, que chegou a essa comunidade no século XIX, por volta de 1885. Casou-se com a neta do casal ancestral, filha da primeira ramificação (Francisca da Conceição e Januário Monteiro). Desse matrimônio constitui-se a terceira família da base genealógica ancestral. Desse ramo geraram-se as famílias “Leite e Cipriano”, descendentes esses que se localizaram e vivem até hoje no foco nascedouro da Comunidade e conservam fenótipos de forma bastante acentuada.

O que se justifica, pela história e formação desse grupo étnico, na qual segundo seu José André, conhecido como “Zé Pretinho”, já falecido ele afirma a mesma opinião de seu José Leite, os membros dessas três famílias Tomás que originou-se a família Januário, Pragelo e Tolentino, casavam-se entre si essas famílias mantinha essa tradição, dificilmente eles casavam com pessoas de outras comunidades.

Ao ser entrevistado pelos alunos da Escola Luiz Alberto de Melo, sobre sua origem neto descendente de escravo e remanescente quilombola seu Zé Pretinho alegou-se ter orgulho de sua origem e amplo conhecimento da história de seus antepassados. Segundo ele nunca teve vergonha de morar no Pau D’arco dos negros, porém os moradores dessa Comunidade sempre foram tratados com desdém, por causa de sua origem até as urnas da eleição tinha a cor preta diferente da cor das urnas das outras comunidades onde tinha sessão eleitoral. Sobre a comunidade ele explica:

“Em relação ao passado, hoje está mudando. O povo tem carro para ir as feiras no meu tempo a gente andava a pé ou a cavalo. O meu desejo é vê esse povoado com mais assistência, para que nossa Comunidade não sofra mais. Chega de sofrimento o tempo da escravidão passou”. (Pretinho / 05/01/1977).

O grupo étnico de Pau D’arco constitui assim uma comunidade de negros e mestiços, mas sobretudo “uma comunidade / família de sangue e de sofrimento forjada em uma vida comunitária.” (KELMANY, 2018. p.164). O que para Barth (2002), as identidades étnicas são igualmente entre “imperativas” não podendo ser suprimidas temporariamente por outras definições mais favoráveis da situação de contato Inter étnicos.

Na fala de seu Zé Pretinho há uma dicotomia; um passado de obstáculo e um presente com estrutura materializada na Comunidade Quilombola por meio do acesso à Escola, Unidade Básica de Saúde, água encanada energia e transporte coletivo essas estruturas existentes devem ser ampliadas. O que pontua Arruti:

“O território quilombola é o espaço que concebe o nascedouro “nascer” vão constituindo no coletivo suas vivencia e o apreço ao lugar que habitam e nele possibilitam melhorias condicional aos remanescentes a conservar os seus legados históricos constituídos abertos a outros significados que ressemantiza o lugar quilombola”. (ARRUT, 2010, p.45).

Baseado em Arruti (2003) o território Quilombola é um produtor e reproduzidor de tradições, de história produzida no coletivo, os moradores desses lugares tem, e cultivam em si um sentimento de pertencimento ao lugar, no qual buscam melhorias que possibilite o desenvolvimento e a possibilidade nesses territórios.

### 3.1 Práticas de solidariedade e lazer

Quando interrogada sobre as opções de lazer que a comunidade oferecia aos seus moradores Terezinha de Almeida disse ter poucas opções, apenas em São João onde os moradores faziam uma fogueira brincavam de compadre e comadre e os jovens e crianças casavam de mentirinha diante da fogueira. Conforme, Silva, por meio do relatório e mapeamento do ITERAL, 2010, afirma: “Existe a festa da padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Festejam São João e São Pedro, assim como natal e ano novo. Tem uma festa em agosto realizada por D. Maria Julia ou Maria de Remí, Feijoada pra Preto Velho.

Um outro momento onde os moradores se divertia era o dia da festa da padroeira de todos os santos, isso antes da construção da igreja.

Outro momento animado onde os moradores festejavam cantado e dançando pagode, era quando regime de mutirões para barrear casas pau-a-pique de moradores da comunidade. Era uma atividade que envolvia crianças, jovens e adultos os homens erguiam a casa preparava o barro, as mulheres buscava água e junto com as crianças levavam o barro para os homens barrear<sup>1</sup> a casa.

Figura 06 - Família Leite – Dona Marinete e seus filhos em momento de descanso na porta da casa.



Fonte: Melo (2009).

<sup>1</sup> Barrear. Reunião de peças de madeiras ou metal para fechar uma passagem.

O dono da casa abatia um porco, peru, bode ou galinha, preparava refeições para os trabalhadores. Enquanto eles trabalhavam cantavam músicas exaltando os nomes dos donos da casa. Quando a casa ficava pronta geralmente a noite acontecia um pagode com todos os envolvidos e convidados da região para bater o piso da casa onde todos se divertiam comendo e bebendo cachaça. Uma das músicas cantadas no final: “*João despedida, despedida de amor fazia chorar. Manoel: despedida do amor faz chorar*”, a cada refrão cantado pelos seus moradores, eles mencionavam o nome de um membro presente a música só terminava quando falava nomes de cada um presente na festa. A fala dos interlocutores, nos traz a reflexão sobre o tempo e revisitação desse espaço por meio da oralidade e da musicalidade, dessa forma, Godinho Corrobora:

“O tempo revisitado remete para um dado presente em que, como investigadores, ascendemos ao passado que nos descrevem, seja pela oralidade, seja pelo o documento. E sempre a partir do presente é que se reconstrói o passado e o que revive não é sucedido, mas o resultado da precessão que se constrói, numa determinada conjuntura, no dado grupo social etário de gênero”. (GODINHO, 2014, p.6).

A autora menciona o tempo com o testemunho dos acontecimentos ocorridos em determinada época, em qual o presente é o elo com o passado tendo a oralidade e documentos escrito o qual obtém os dados por um grupo social que narra os acontecimentos vividos por eles.

**Figura 07** - Senhor Hercílio dos Santos - julho de 2009



Fonte: Melo (2009).

### 3.2 A monocultura do fumo e suas consequências

A economia é agricultura, grande maioria da população depende exclusivamente do setor primário. A lavoura fumageira foi a atividade econômica que predominou no município de Arapiraca, Pau D'arco está inserido neste processo. Segundo a senhora Terezinha Almeida, moradora e descendente de quilombola lembra quando criança a lavoura explorada e de subsistência eram feijão, milho, mandioca, algodão, criação de aves, porcos, cabras, ovelhas e uma cabecinha de gado modo de falar na época. O sistema era de mutirão, e reunia um batalhão de homens que combinavam entre eles preparava o terreno para o plantio na época de inverno, a pessoa beneficiada responsabilizava pelo almoço todos eram ajudados, a roça pronta para o plantio de feijão, milho, mandioca e algodão, o fim do inverno, outra atividade era explorada a farinha, os homens arrancava a mandioca e as mulheres rapava e depois transformava em farinha em época de verão. O aponta Barth:

“No entanto a maior parte da matéria cultural a qualquer momento do tempo está associado a uma população humana não tem o seu movimento impedido por essas fronteiras, elas podem variar ser aprendida e mudar sem que isso tem qualquer implicação para a manutenção da fronteira do grupo étnico”. (BARTH, 2008, p.80).

Nessa percepção, utilizando Barth (2010) a Comunidade de Pau D'arco decorre de transformações que perpassam ao longo do tempo, sem nenhum impedimento que promova outras variações, vão sendo incorporadas na mentalidade de seus moradores.

A agricultura de subsistência é a base de sobrevivência primeiras das comunidades quilombolas rurais como finalidade de manutenção da vida e das relações de sociabilidade. Essas comunidades tem uma forte dependência e ligações com a natureza e atrelado a isso também aos laços familiares. Desse modo Brandão (2010) escreve que as comunidades quilombolas entre no rol das comunidades tradicionais por se constituírem em quanto grupo que tem uma organização seguindo uma lógica própria, assentado em práticas do dia-dia que mantem, e tem repercussão ou reprodução direta para as populações jovens desse lugar.

Para a Comunidade Quilombola de Pau D'arco, a terra passa a ter um significado para os seus moradores cultivar os alimentos para as necessidades básicas a sua sobrevivência, seguindo essa linha de raciocínio enfatiza (LEITE,1999, p.137). A terra, portanto, não é o que identifica o sujeito do direito e sim suas condições de membros de um grupo. A terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo do destino dado ao modo coletivo de vida destas populações, mas não é o elemento de identificação principal.

A partir de 1940, as senhoras Felizinda Francisca de Almeida e Zelinda foram responsáveis por plantarem na comunidade as primeiras sementes de fumo, a área da terra

plantada era insignificante, as pessoas não tinham conhecimento, não se interessavam para essa atividade agrícola. Os moradores da comunidade eram muito pobres e carentes.

As pessoas vindas de fora que não eram moradores nativos do lugar, compraram terras e se fixaram na comunidade, quando a lavoura do fumo passa a ocupar espaço e as pessoas da comunidade se interessaram e começaram a plantar fumo. Com o plantio de fumo a lavoura de subsistência diminui e aumentou a área de fumo, o trabalho de mutirão desapareceu, palavra alugado era desconhecida, quando os senhores proprietário de terras queriam o terreno pronto para o plantio de fumo chamava o batalhão de homens para executar determinadas áreas, no sábado, pagava o valor determinado pelo serviço. Dessa forma, o que podemos observar é que monocultura agrícola do fumo, provocou transformações, não apenas econômicas, mas foi responsável por mudanças sociais, estruturais e culturais no interior da comunidade Pau D'arco, mudando as formas operacionais da força de trabalho, onde a organização das atividades deixa de ser coletiva, e passa a ser individualizada como mão de obra contratada, por aqueles que podia pagar. Por exemplo, o que traz nossa interlocutora Terezinha de Almeida sobre as moradias que eram casas de taipa, e sua construção era realizada de forma coletividade entre os moradores, durante o dia a comunidade trabalhava em forma de mutirão, a noite faziam a festa dançando forró, para pilar o piso da casa. E nessa manifestação, iam afinando e fortalecendo os laços de solidariedade entre o grupo.

De acordo com José Cipriano dos Santos, neto de Luiz Tolentino os poucos moradores dessa comunidade tinham um pedaço de terra para trabalhar, ninguém trabalhava de arrendatário. Segundo ele, existia um sistema de trabalho de mutirão grupo de homens se juntavam para preparar a terra para a plantação de fumo ou produto de subsistência como milho e feijão. Esse trabalho coletivo ficou conhecido como festa do canteiro, “o dono da propriedade bastava abater um porco e servir bastante cachaça e no final da tarde o trabalho estava feito”. No outro dia esse grupo iria fazer o trabalho de outros companheiros. José Cipriano diz:

“Era um trabalho onde um ajudava o outro. Porque o dinheiro nesse tempo era pouco difícil de se arranjar, e quando conseguia algum conto de reis só dava para comer”. (CIPRIANO / 15/10/2006).

No “mundo camponês”, onde se insere as comunidades negras rurais, como aponta Gusmão (1995:71).

“A memória é o caminho pelo qual grupos percorre espaço da vida e constroem a imagem de si e da terra particular, no tempo (...) o mundo camponês, como universo próprio de coisas e signos, práticas e rituais, públicos e privados, individuais e coletivos tem a oralidade como forma de preservação e sustentação deste mundo e busca nela os instrumentos de sua luta”. (GUSMÃO, 1996, p.36).

Ao lado da oralidade, segundo a autora, o espaço quilombola ocupado pelos membros nativos os seus costumes legitimam as suas práticas vividas que regula via de regra, a conduta dos membros de uma comunidade negra rural. (GUSMÃO, 1995).

A monocultura do fumo predominou por muito tempo na comunidade, atividade econômica rentável, do pequeno ao médio produtor, além daqueles que trabalhavam como meeiro dividia a produção de fumo com o dono de terra, e tinham os que arrendava terra para o plantio de fumo. A lavoura fumageira na região de Arapiraca declinou-se, Pau D'arco foi abalado e muito, o padrão da população local era de classe média baixa, com a crise da lavoura do fumo e o meio de sobrevivência, na metade da década de 80, com o declínio da monocultura do fumo, a mandioca ocupou espaço a produção da mesma é vendida para os Estados de Pernambuco e Sergipe.

Atualmente nas atividades agrícolas ocupam espaços as hortaliças, grande parte dessa produção são negociadas nas feiras de Arapiraca e Maceió, a um pequeno comercio em ativa; mercadinho, lojinhas, padaria, farmácias e uma feira livre que funciona em dia de domingo, a comunidade em movimento sendo os moradores sujeitos deste movimento cotidiano.

### **3.3 Política local e mudanças estruturais em Pau D'arco**

A questão política na Comunidade de Pau D'arco está ligada a política local do município de Arapiraca, a disputa pelo poder ao cargo de prefeito e vereadores a Comunidade de Pau D'arco participa de forma direta através de lideranças, pessoas que se destacavam tem respaldo perante os moradores, conseguiu benefício como Posto de Saúde, Escola, água encanada, creche e asfaltamento da estrada principal. As autoridades do município de Arapiraca contemplam por meio de obras para a comunidade. Pessoas da comunidade que tem conhecimento pessoal na cidade principalmente político, este era bem visto, respeitado sempre visando o interesse político.

Desde 1950, a senhora Zelinda Francisca de Jesus, destacou-se como liderança na comunidade, os políticos de Arapiraca a respeitava, através destes prestígio o poder municipal construía Escola e Posto de Saúde. Na época o prefeito Luiz Pereira Lima (1954-1958), ele tinha votação magnífica e com isso dava uma atenção diferenciada das outras comunidades. (Almeida / 14/02/2006).

Com seu afastamento por razões de doença, seus sobrinhos tomaram gosto pela causa, assumindo o espaço que de outrora foi de sua tia. A partir dos anos 70, a Comunidade de Pau D'arco era dividido. Existiam dois partidos na época Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) o MDB era sempre o vencedor liderado por José de Melo sobrinho de Zelinda. O próprio candidatou-se duas vezes para vereador, não tendo êxito em dois pleitos eleitorais entre os anos (1982 e 1988).

Nos dias atuais essas lideranças perderam muito perante a comunidade, por razões de interesses individual não como antes a coletividade vinha primeiro, hoje o que se vê são cabos eleitorais pedindo votos para determinados candidatos em troca de favores e dinheiro que recebe em benefício próprio. (Almeida / 14/09/2006).

Nessas últimas décadas, Pau D'arco teve diversas melhorias, considerando o acesso ao maior fluxo de transporte coletivos e particulares como também a canalização de água potável e o reforço da rede elétrica, possibilitando a instalação de pontos comerciais de várias ordens, serviços e atrativos. A frequência e movimentação de pessoas de outras localidades se tornou comum, fazendo crescer conseqüentemente, e de forma preocupante os índices de violência na comunidade.

A pesar de usufruir de regulares serviços públicos como atendimentos nas áreas de saúde, assistência social e educacional, a população ainda tem como base econômica a prática da agricultura de subsistência como plantios em pequenas escalas, de feijão, milho, mandioca, cultivo de fumo e hortaliças, muitas vezes em regime de mutirão.

São escassas as ofertas de emprego e geração de renda obrigando os jovens ociosos a procurar emprego no centro urbano de Arapiraca, ou buscar trabalho nas usinas de produção de açúcar e álcool, temporariamente no período do corte de cana. Mesmo desenvolvido na localidade novas formas de geração de renda, relacionamento social, atrativo e lazer, a terra continua sendo a base econômica da produção. Por Ederinalva:

“Faço parte da diretoria da Associação dos moradores remanescentes de quilombos, com os problemas que temos em nossa comunidade e a precariedade de transporte público melhoria nos atendimentos de saúde aumentar o número de vagas na creche que muitas mães trabalham em casas de família na cidade de Arapiraca e não tem onde deixar os seus filhos, o lugar de confiança é a creche, sou mãe e sofro muito com isso. Sou uma mulher negra e otimista aprendi que através da luta reivindicarmos melhorias para nossa comunidade perante o poder público”. (Ederinalva Santos /26/11/2020).

### **3.4 Terra e Territorialidade**

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Pau D'arco a terra é esteio para os seus moradores que precisa dela para produzir seus alimentos de subsistência para o seu consumo próprio. Pau D'arco recebeu sua certificação de auto reconhecimento, mas a sua titulação não foi resolvida. A terra em Pau D'arco não ocorreu conflitos fundiários, diferente de outras

regiões do estado. O acesso à terra se deu no processo natural, onde concentra médios e pequenos proprietários de terras com a decadência do fumo os proprietários foram vendendo suas propriedades para pessoas de fora. São poucos que asseguram seu imóvel rural.

“Os sujeitos que compõem as comunidades quilombolas a partir do momento que estão organizados e definidos seus processos identitários, afirma o seu território, espaço que se torna palco das relações interações vivenciadas naquele lugar. A luta pela titulação e direito de posse, e exploração da terra é uma das estratégias que eles utilizam para a garantia do seu modo de vida”. (LEITE, 2008, p. 970).

A Comunidade de Pau D’arco deu entrada em seu processo para requerer titulação junto com o INCRA em 22 de janeiro de 2015, mais o mesmo encontra-se parado e sem nenhum trabalho em campo realizado, tendo em vista a necessidade que há prioridade aos processos mais antigos e, sobretudo, pelo fato do INCRA possui somente dois funcionários para atender a toda demanda do Estado.

A questão da terra é uma situação bastante complexa, onde membros da diretoria da associação reconhecem, que pode ocorrer conflitos sobre a titulação da terra de Pau D’arco, com os proprietários de terras.

Tendo em vista que a comunidade tem conhecimento de algumas situações frustrantes, referente a terra em outras comunidades quilombolas do Estado, havendo até ameaça de morte, as lideranças. Dessa forma, a questão da terra é algo muito sensível não apenas para Pau D’arco, mas para grande parte das comunidades quilombolas do estado de Alagoas, como cita Silva (2015), em seu trabalho com a Comunidade Quilombola Filú em Santana do Mundaú.

### **3.5 As práticas religiosas na comunidade de Pau D’arco**

Na comunidade quilombola de Pau D’arco a fé está presente nos moradores, a religião predominante é o catolicismo. Há outras denominações religiosas com menor proporção. O que é comum na população quilombola de todo o país, a grande maioria cultiva a religião introduzida pelos colonos portugueses. As religiões de matriz africana são ignoradas, subjugadas e de invisibilidade durante o processo histórico da construção do Brasil. Assim, essa realidade, não é diferente em Pau D’arco.

No que corresponde a Comunidade de Pau D’arco a religião católica incorpora na subjetividade na grande maioria dos moradores, na fala das idosas Terezinha Almeida e Maria Augusta, são religiosas católicas praticantes de sua fé. Segundo as interlocutoras desde

criança é comum as famílias rezarem em casa, lembra elas que Pau D'arco não tinha igreja construída na localidade.

Em 1930 estenderam o cruzeiro no lugar no qual está a igreja da comunidade, era tradição do mês de maio as famílias rezarem os terços nas casas, a cada noite era uma casa diferente nessa época não existia igreja, celebrava missa campal uma vez por mês os padres vinham de São Brás a cavalo, padres Prifanio, Alfredo e Otacílio. O padre Fernando Vieira paróquia de Traipu, demorou mais tempo, este criou um vínculo com os moradores, o padre via a necessidade de construir uma igreja em Pau D'arco. Segundo Almeida, Zelinda Francisca filha nativa do lugar neta de Manoel Tomás era devota de Perpétuo do Socorro, o sacerdote incentivou os moradores a construir um templo, Zelinda doou o terreno, os homens comprometeram bater tijolo na olaria, o pai de Almeida cedeu uma área de terra com um poço de água para extrair o barro, apropriado para fazer os tijolos.

A igreja foi construída em 1938, a coletividade prevaleceu, sendo a senhora Zelinda estando a frente a este ato social. A imagem de Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro foi feita de madeira em Penedo a pedido de Zelinda, foi articulado uma comitiva de pessoas do lugar criou-se dois grupos, uma foi buscar a imagem em Penedo e outro ficou em Junqueiro a espera, os dois grupos encontraram com a imagem, chegando em Pau D'arco a imagem foi colocada no altar da igreja, “Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro” materializou a padroeira da igreja do lugar. As festas eram comemoradas em Pau D'arco pelos moradores no 1º de novembro “ dia de todos os santos”, depois passando para o último dia do ano (31.12), a frente dos eventos festivos religiosos, Zelinda uma mulher respeitada na comunidade com o afastamento por motivo de doença, os senhores José Pedro de Almeida e Miguel de Almeida foram dado a missão para que eles dessem continuidade dos eventos religiosos, com o tempo outras pessoas da comunidade assumiram o trabalho o qual outrora era da senhora Zelinda. Manifestações religiosas que são celebradas pelos fiéis católicos no mês que aproxima a semana santa são realizada a via sacras, o mês de maio era realizada caminhadas pela rua principal, os fiéis pedindo a padroeira Nossa Senhora do Perpétuo do Socorro, chuvas para molhar a terra para plantar feijão, milho e fumo. O sociólogo Paulo Baia menciona que “as igrejas e as religiões passam a ser grupo de pertencimento e identidade social, portanto tem inserção no mundo da vida social concreta. “A religião é uma instituição social”.

A religião católica incorpora na subjetividade dos moradores da Comunidade de Pau D'arco criando uma afinidade que perpassa o sentido da fé o qual acredita na divindade.

Há 5 anos atrás o padre Paulo propôs mudança da festa do final de ano para o mês de junho, a comunidade ficou dividida os que não aceitaram a mudança sentiram-se ofendido, a

festa de (31.12), é uma tradição, alguns membros da igreja foram contra, prevaleceu a decisão do padre Paulo. O mês de junho celebra a festa tradicional ao invés de uma noite são oito noites com procissão rezada na igreja, encerrando com o leilão e a procissão saindo do sítio Sapucaia a paróquia de Pau D’arco.

A capela de Pau D’arco passa a ser paróquia decisão tomada pela diocese de Penedo, o padre que celebrava a missa é da paróquia de Santo Antônio situado no bairro Cacimbas Arapiraca Alagoas com a mudança a paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro tendo à frente o padre Bartolomeu Estevam.

A outra manifestação religiosa e a matriz africana praticada com menor número de seguidores é o “Candomblé<sup>2</sup>”. A senhora Maria de Remí se auto afirma sua fé na prática do candomblé, porém a mesma, também se considera católica, além de praticar também por meio da participação em missas, nos terços e em batizados. O que nos traz ao um longo e complexo debate, do sincretismo religioso em nossa comunidade, que não é diferente do Brasil. “Desde o início as religiões afro-brasileira formaram-se em sincretismo com o catolicismo, e em grau com a religião indígenas. O culto católico aos santos, numa dimensão popular politeísta ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos”. Ancestralidade africana no Brasil: memória dos pontos de leitura. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2014.

Figura 08 - D. Maria de Remi mostrando a equipe de pesquisadores do ITERAL o espaço sagrado de seu terreiro – julho de 2009



Fonte: Melo (2009).

<sup>2</sup> Candomblé: é uma religião Afro-brasileira derivado de cultos tradicionais africanos, na qual a crença personificada na forma de ancestrais divinizados: Orixás, Voduns ou Inquices, dependendo da nação.

O Terreiro de Dona Maria de Remí, está situado aos fundos de sua residência, denomina-se casa espiritual, onde zela dos espíritos na terra. “Lugar de acolher e cuidar do outro com muito sigilo e respeito a individualidade e problemas das pessoas”, conforme a mesma nos colocou.

Figura 09 - D. Maria de Remi – julho de 2009



Fonte: (Melo) 2009.

A mesma sofre preconceito de moradores, conforme entrevista cedida a equipe do Iteral em junho de 2009: Dona Maria chegou a sofrer atentado a sua vida por mando de alguém da comunidade por ela ser do candomblé, também sofreu muito preconceito de algumas pessoas da Igreja católica, por ela participar das missas, batismo e do terço.

Segundo a mesma, com o tempo vieram pedir desculpa o qual perdoasse. Com muita emoção em suas palavras, em que ela afirma: “O Candomblé é muito forte! ”, assim como professor, historiador e sacerdote de matriz africana, da Casa de Iemanjá Célio Rodrigues dos Santos – Maceió, também nos define o que é o Candomblé:

“Candomblé é uma religião, por que temos dogmas, ritos, mitos e fé. Somos também politeístas, ecológicos, espiritualistas, democráticos e não sexista, não homofóbicos, antirracista e de acolhimento a todos e a todas”. (SANTOS, 1982, p.3).

A senhora Maria Julia conhecida como Maria do Remi, moradora da comunidade remanescente de quilombo de Pau D’arco praticante do Candomblé, assume a sua religiosidade de matriz africana com grandeza e alma do espírito. Em sua casa denomina

“casa do espiritual”, onde zela pelo espírito da terra. Cuidar do outro com muito sigilo e respeito a individualidade e problemas das pessoas.

Na fala da minha interlocutora não menciona a palavra terreiro, expressa a “casa espiritual”, não adentrei nessa casualidade. Por ser praticante de candomblé as pessoas de outras religiões tradicionais como (católico e protestantes) tem um olhar de desconfiança sobre ela e sua família. Um parente próximo a escolheu ela e o seu esposo para ser padrinho e madrinha de seu filho. Foi impedida de batizar a criança na igreja local, por ser frequentadora e praticante do candomblé. Teve que levar a criança para a cidade de Craíbas e lá foi batizada, o preconceito é muito forte em nossa comunidade, as pessoas misturam as coisas que não deveriam ser assim, Maria Julia:

“Não me deixei abater com essas estranhezas os que dizem ser filho de Deus, essa gente não sabe que Deus é um só, o que nos diferencia é a nossa crença. O preconceito bate duas vezes; por ser mulher pobre e negra e praticante de uma religião de matiz africana”. (Maria de Remi /25/11/2020).

Portadora de corrente<sup>3</sup> que trouxe no seu nascimento, uma estrela que herdou de seus antepassados e que vem passando de um membro da família para outra após a morte da pessoa. São 28 anos na comunidade que pratica a sua religião. Se sente segura por ser praticante do candomblé seu esposo e seus filhos também são praticantes e dão a maior força. Em um trabalho realizado pelos professores Ivan Jorge e Laurinete Basílio constatou em nossa comunidade remanescente de quilombo que há três casas de terreiros, apenas dois são ativos e mantêm atividades. O da senhora Maria Julia e de seu Lourinho falecido recentemente. Os seus seguidores assumiram o terreiro. As religiões de matrizes africanas em nosso país são marginalizadas não são aceitas pela sociedade. A comunidade quilombola de Pau D’arco não foge do contexto.

Durante todos estes tempos de história do negro do Brasil, eles conservavam na memória costumes e tradições, modo de vida de extrapolaram o tempo e espaço perpassando por mais de quatro séculos de história. Para Vansina (2010) a tradição oral foi definida como testemunho transmitido oralmente de geração a outra.

Vale ressaltar que esse processo se deu através da oralidade. A voz tornou-se para esse povo o que se reconhece como afrodescendente o veículo que lhes transporta para lugares no tempo que não são seus refazendo de espaços físicos, psíquicos e socioculturais. Para esses ambientes funciona como revitalizador e estimulador da tradição oral negra.

---

<sup>3</sup> Corrente: movimento de opiniões ou ideias; tendências.

#### **4 A ESCOLA COMO PROTAGONISTA NA RECONSTRUÇÃO E FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA E QUILOMBOLA NA COMUNIDADE PAU D'ARCO**

A comunidade de Pau D'arco, sempre foi vista e tratada de forma diferenciada por ser uma comunidade predominantemente negra, com o decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, a comunidade tem em 2006, como já foi citado a oportunidade de autorreconhecer sua identidade negra como um grupo étnico, ou seja, como uma comunidade remanescente quilombola. Dessa forma a comunidade se articula e busca sua certificação, porém uma coisa é um documento que diz que a comunidade é quilombola, a outra é a comunidade que passou a vida toda sofrendo discriminação racial e conseqüentemente social, assumir essa identificação de negro e quilombola.

A identificação dos grupos étnicos são símbolos que representa como grupo, as comunidades negras rurais devem ser definidas como grupos étnicos de pertencimento e as particularidades constituídas, mas não impede que o grupo incorpore outros significados. Nesse sentido, as taxações “negros do Pau D'arco, precisava ressignificar o que representava ser negro nesse novo contexto político e social dentro do projeto de políticas afirmativas.

Com a nova realidade que vivenciava Pau D'arco, assim como várias comunidades negras dos municípios alagoanos, dentro desse contexto de políticas afirmativas que ocorria nacionalmente, foi por meio da Educação que a comunidade, aprendeu a dar outros significados a sua origem, a sua cultura e conseqüentemente a sua história, e o que ela representava.

A Escola Professor Luiz Alberto de Melo vem desde 2005, firmando algumas iniciativas através do projeto “Construindo a Identidade Afrodescendente”, a ação teve como principal objetivo incorporar ao seu espaço sócio pedagógico, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana atendendo a necessidade de uma educação voltada para as relações étnicos-raciais. O projeto foi coordenado pelo professor de artes Ivan Jorge da Silva, com apoio e participação da professora de História Laurinete Basílio dos Santos, a professora de Língua Portuguesa Joelma Rodrigues de Almeida e eu Israel Medeiros, enquanto professor de geografia, a equipe teve todo apoio da gestão na pessoa da professora Maria Isabel Pereira da Silva e da vice-diretora, Jane Lúcia Rodrigues. Com a iniciativa do Projeto, tivemos o apoio inicial da Secretária das Minorias (2005 – 2008) nas pessoas de Elis Lopes e professor Zezito, nesse processo entre 2009- 2012 tivemos contato com equipe do ITERAL, na pessoa da Gerente Quilombola Berenita Silva, o antropólogo Christiano Barros, as Cientistas Sociais,

Sandreana Melo, Vanessa Silva, nesse período foram organizados alguns eventos em Maceió, nos quais representante de Pau D'arco participaram. Posteriormente, foi articulada parceria com duas Universidades presente no município de Arapiraca, a Universidade Estadual de Alagoas (2009 a 2014) através do professor Clébio Araújo, e a Universidade Federal de Alagoas por meio do NEAB, representados pelo Professor Zézito Araújo, e a professora Clara Suassuna.

É importante, salientar o que deu impulso para o desenvolvimento e aplicação desse projeto foram o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, assim como foi sancionada a Lei 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases - LDB da Educação, a lei inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigação da presença da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” nas escolas, ambos sancionados durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse processo, observamos não apenas a ação jurídica, política, mas os resultados histórico e social, as instituições de ensino, municípios, gestores e professores tiveram oportunidade de se munir de informações e orientações, sobre os princípios e fundamentos para planejamento e execução do conteúdo afro-brasileiro e africano dentro da escola e conseqüentemente em sala de aula.

Todo esse processo só foi possível por fazer parte de um grande projeto de política pública de ação afirmativa para população negra, que se tornou lei, não por acaso, mas após muitas lutas e batalhas do próprio movimento negro em todo Brasil, ou seja não veio de graça. Como cita o artigo 205 da Constituição Federal “cabe ao Estado promover e incentivar política de reparação”. Isso significa que é dever do Estado garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de toda e de cada um em quanto pessoa, cidadão ou profissional.

Esse processo precisava ser perpassado para nossa comunidade escolar: professores, alunos e conseqüentemente suas famílias. Foi graças a iniciativa da Escola local que ele tornou-se possível em Pau D'arco. Dessa forma de acordo com relatório de mapeamento do Iteral, 2010:

A Diretora da principal escola local, Laurinete Basílio, junto com sua equipe vem trabalhando e articulando esse fortalecimento étnico por meio, de palestras, encontros, e diversos eventos em sua escola, conseguindo mobilizar a maior parte da comunidade, tanto quilombola quanto os que não são. Um dos fatores importante é que além de diretora, é negra e mora na comunidade, e vestiu a camisa da luta contra o racismo e desigualdade social, e tem lutado com muita garra, para melhorar os resultados em sua escola e conseqüentemente em sua comunidade. (RELATÓRIO..., 2010).

Assim podemos dizer que o processo de construção da identidade da população negra e quilombola, embora, se dar no Brasil, principalmente nas comunidades rurais, a partir de 2003, por incentivo jurídico e político dentro de um processo de política afirmativa nacional. Dessa forma mesmo sabendo que o africano que veio da África e foi escravizado já não existe mais, mas o seu universo cultural ainda permanece como memória das consequências da libertação desse povo, sem uma organização política/social para essa população, é a partir do resgate histórico da memória e da oralidade dessa comunidade que é ressignificado o sentido de comunidade quilombola em Pau D'arco, seguindo o cenário político nacional, dessa forma os moradores reivindicaram a Fundação Cultural Palmares o reconhecimento da Vila Pau D'arco como remanescente de quilombola.

Em 05 de Dezembro de 2006 a fundação repassou a comunidade uma certidão de autoreconhecimento enquanto Comunidade Quilombola. Para legitimar tal título os moradores da comunidade criaram a Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo, formalizando assim, o sujeito coletivo de direitos constitucional que concede aos autodeclarados descendentes de seres humanos escravizados a buscar por melhores condições de vida e cidadania. O que conforme informa o relatório de Mapeamento do ITERAL, 2010:

“O processo de certificação enquanto remanescente quilombola inicia no ano 2005, após visita de Elis Lopes na comunidade, junto com o professor Zezito Araújo, logo após a comunidade começou a frequentar reuniões realizadas em Maceió, em busca de maiores informações sobre seus direitos étnicos.” (Mapeamento, Iteral, 2010).

Com o objeto de fortalecer as raízes quilombolas a Associação juntamente com a Escola Professor Luiz Alberto de Melo, desenvolveram ações afirmativas em várias ordens, pois foi constatado que em um ambiente escolar aproximadamente 70% dos alunos são pretos e pardos. E neste recorte reflexivo e reivindicatório da inclusão e valorização da negritude no processo educacional das relações étnicas raciais que se cria o grupo de danças “Pérolas Negra”, e vários eventos culturais, na própria escola para trabalhar a identidade negra naquela comunidade.

O grupo Pérola negra surgiu a partir de um projeto escolar realizado na comunidade em outubro de 2005 e com o objetivo de elevar a autoestima dos jovens da comunidade valorizando e conhecendo a cultura afro-brasileira além de combater o racismo. As ações afirmativas elaboradas pela Escola para comunidade na busca de combater praticas racistas contra alunos, causadores de danos irreparáveis a suas vidas. Segundo o artigo 5º Constituição brasileiro o racismo é um crime inafiançável isso se aplica a todos os cidadãos e instituições inclusive a escola. Assim:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminando no cotidiano brasileiro não representa simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentando ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente nos quase 4 séculos de escravidão que a geração atual herdou. (BRASIL, 2001).

Figura 10 - Grupo Pérola Negra em 2008



Fonte: Arquivo Escola Luiz Alberto de Melo Pau D'arco (2020).

Na verdade, as práticas racistas contra diversos alunos negros no cotidiano escolar têm causado danos irreparáveis na aprendizagem. A publicação da lei nº 10639/2003 e da resolução CNE/CD 01/2004, tem sido determinante para que a escola e a comunidade continuem com o objetivo de repassar no espaço escolar uma concepção de educação emancipatória, pois, pensar em educação que contempla as relações étnicas raciais numa comunidade negra como Pau D'arco desconstruindo saberes que valorizam apenas as ideias da cultura europeia. Podemos compreender por meio do relato de Margarete (2020):

Aos nossos ancestrais que fixaram no território de Pau D'arco, a nossa história foi sendo construída ao longo do tempo, e permanece viva, para mim como remanescente e descendente que sou, mesmo nos tempos de hoje a luta continua ativa, mediante a tantas situações desagradáveis principalmente quanto tratasse de preconceito, racismo desigualdade racial que atinge a maioria da população negra no modo geral. Racismo com sua prepotência ideológica que atrapalha muito e nós

negros (as) sofremos descaradamente em nosso país, infelizmente está presente em todos os países do mundo o trabalho que foi realizado na Escola Luiz Alberto de Melo, o trabalho educativo e pedagógico nos proporcionou um outro olhar. Encarar a realidade que perpassa em nossa comunidade remanescente. Não aceitarmos a oposição de outras pessoas porquê moramos em comunidades quilombolas, somos sujeitos de nossas histórias, reivindicamos nossos direitos como educação, saúde, saneamento básico, creche e entre outros, e esses direitos são sagrados para nós quilombolas. (Margarete / 26/11/2020).

Após a criação do grupo Pérolas Negras como uma ação afirmativa de combate às desigualdades, elevação da autoestima e visibilidade da cultura negra, daí em diante a iniciativa cultural ganhou meios e respaldo dos alunos, professores, comunidade e adjacências. Dessa forma o projeto exigia maior envolvimento dos participantes, níveis mais elevados de conhecimentos e qualificações musicais e coreografias. Com isso, ultrapassou os muros da escola que estava inserido, atualmente o grupo é formado por 35 jovens, sendo que 10 delas participa da percussão e os outros 25 compõem o grupo de dança. O grupo já se apresentou em vários eventos importantes no município de Arapiraca e até em alguns municípios do Estado.

Figura 11 - Componentes do Grupo de dança Pérola Negra, falando da importância do grupo e como as pessoas hoje, dizem “*eu conheço você, já vi você dançando*”.



Fonte: Fotos: Relatório ITERAL (2010).

A criação e fortalecimento do grupo possibilitaram aos vários moradores da comunidade resgatar o passado, mas sobretudo a expressão através da dança e da cultura de um povo que durante séculos foi visto como inferiores. O que é afirmado Mapeamento do ITERAL, Silva, 2010:

“É notável, o sentimento que transbordam de suas falas, quando lembram que as pessoas da própria comunidade as discriminavam por não terem um padrão de beleza branco. Com o processo de autoafirmação elas começaram a se utilizar de elementos que reafirmam sua identidade negra, a exemplo dos cabelos com tranças, e dos diversos penteados, que aprenderam a fazer através dos cursos oferecidos pela Fundação Cultural Palmares. Possibilitando maior leque de opção, que são copiados pelos moradores que não remanescentes. E também por terem ampliado sua informação sobre a importância da beleza negra e dessa ser valorizada, como tal”. (RELATÓRIO; SILVA, 2010).

Outros grupos que se originou a partir das Pérolas Negras foram as “Preciosidades Negras”, formado por mulheres da terceira idade que junto com outros membros idosos ainda hoje contam história da comunidade e tem realizado um trabalho importantíssimo de encorajamento a outras pessoas a sair-se da vida sedentária, contribuindo assim para o resgate da identidade afrodescendente da comunidade.

Figura 12 - Grupo de dança da 3ª idade se organizando para apresentação – 2008.



Fonte: Arquivo Escola Luiz Alberto de Melo Pau D’arco (2020).

No entanto, para tentarmos entender o processo de construção de identidade dos negros e afrodescendentes da Comunidade da Vila Pau D’arco faz-se o necessário recorreremos primeiro algumas noções de identidade. Podemos começar com a definição encontrada no dicionário de Aurélio: “identidade é um conjunto de caracteres próprios e exclusivo de uma

pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeito físico, impressões digitais, etc”. o que podemos observar na fala de Maria Aparecida:

O meu processo de desconstruir e reconstruir a minha identidade quilombola, infelizmente, não ocorreu na Escola Luiz Alberto de Melo, quando o Pau D’arco passou a ser reconhecido como comunidade quilombola e execução do projeto “Construindo a Identidade Afrodescendente”, já estava estudando na cidade, não vivenciei como aluna e moradora da comunidade esses momentos tão importante para a autoestima dos moradores, pois fiquei muito distante deste trabalho e atividades relacionada a escola, o projeto permitiu uma discussão mais aprofunda da questão racial na comunidade, os frutos começa a brotar pelo reconhecimento da identidade quilombola nas falas dos moradores. O meu processo de reconhecimento se deu na minha inserção no ensino superior quando fui entender as formas que o racismo afeta a população negra e, o quanto ele é invisível e sutil na realidade brasileira, o processo pelo qual intendi que me curar de feridas e aprender a me defender estava vinculado a voltar as minhas raízes, a minha ancestralidade, a história da minha família que forma a história da comunidade, assim entender a importância de ser uma mulher negra e quilombola. (Maria Aparecida da Silva Santos /25/11/2020).

Já segundo o antropólogo Stuart Hal: “a identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume em diferentes momentos, identidades que não são unificadas a redor de um “eu” coerente”. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções de tal modo que nossa identificação está sendo continuamente deslocadas (...) a identidade plenamente unificada, completa segura e coerente é uma fantasia. (HAL, 1999, p.13).

A partir dessas definições podemos perceber que construção identitária é um processo heterogêneo, ou seja, cada pessoa terá particularidades que não tornará igual a outros indivíduos, inicialmente devemos considerar que o sujeito não vive isolado, mais sim no meio social é através dos mais variados processos acaba construindo uma identidade cultural. Conforme Silva, 2011: Perolas Negra é um grupo de dança com uma atuação política notável, funcionando muito bem no processo de auto aceitação, autoafirmação e autorreconhecimento. Ao contrário do que acontecia com Maria Aparecida da Silva Santos, quilombola, assistente social, em sua infância, quando nos afirmar que:

Meu ensino fundamental foi na escola da comunidade, o período que passei não teve nenhum projeto para trabalhar a questão étnica racial, só tenho lembrança do dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, era um terror ir para escola esse dia, eita? Hoje é o dia do negro, hoje é o teu dia, né? O dia não era usado para apresentar história de luta e resistência e vivenciado por Zumbi dos Palmares e outros homens e mulheres negros/as que lutaram pela liberdade e o direito para a população negra, mais para ridicularizar alunos negros e deixar nítido a omissão de outros envolvidos naquele trabalho educacional superficial realizado por pessoas que não tinha ideia das formas que o racismo afeta a população negra na infância. (Maria Aparecida da Silva Santos /25/11/2020).

Figura 13 - Apresentação do Grupo Pérola Negra na Festa Meados de agosto, realizada pelo segundo ano na comunidade remanescente Quilombola de Poços do Lunga localizada no Município de Taquarana em agosto de 2011



Fonte: Barros (2011).

O grupo se apresenta em outros municípios, fazendo essa conexão e estabelecendo uma movimentação nos valores locais, esse apoio é intermediado pela associação comunitária Quilombolas de Pau D'arco e pela Escola, juntamente com os programas provindos da certificação do grupo enquanto remanescente quilombola.

Outro componente pedagógico que a escola e a comunidade vêm trabalhando com esses grupos, é a oralidade presente nos diversos tons de saberes e, por vezes denunciadoras dos dessabores da vida.

Há portanto, uma preocupação em manter viva estas tradições nesses territórios de negritude, pois quem detém o conhecimento sobre as tradições orais são os mais velhos e por isso correm o risco de serem perdidas diante do que afirma HAM PATÉ BA (1978 apud CALVET, 2011, p. 55).

Um velho que morre é uma biblioteca que se incendeia, surge daí a importância dos idosos para essas comunidades, dessa preocupação é a conservação das tradições e, conseqüentemente, a preocupação de preservar a memória ancestral.

A valorização da oralidade, da corporeidade e de artes como a dança tem sido um referencial para a comunidade e, em especial para a escola que ganhou em 2013 mais um grupo cultural voltado para a representação da cultura Afro-brasileira. QUILOMBATUKUE. Grupo de percussão formado por alunos da musicalidade brasileira. A sua criação tem tido resultados positivos da recuperação da autoestima desses alunos e afirmação da negritude além da valorização dos traços culturais africanos, a exemplo da própria aparência. Podemos observar que os jovens atualmente, valorizam o fato de serem negros e suas características, muitas vezes estigmatizadas. A junção desse grupo aos demais surge como uma ação afirmativa do Projeto Construindo a Identidade Afrodescendente em comemoração à semana da consciência negra.

Em 2009 a Associação de Desenvolvimento da Comunidade de Remanescente de Quilombo, em parceria com a escola, se inscreveu no projeto “Mestre Humberto do Maracanã”. Esse projeto é uma iniciativa do Ministério da Cultura como uma política pública e valorização da cultura popular. Então, a Associação foi uma das selecionadas e recebeu um prêmio no valor de 10 mil reais que foi utilizado nos grupos culturais além do desenvolvimento de oficinas, palestra, compra de instrumento de percussão, figurinos e outras ações que favoreceram o desempenho do projeto.

O negro sempre foi excluído do processo educacional nesse país, onde as consequências são visíveis. Os próprios dados estatísticos mostram a desigualdade da população negra em relação a outros grupos que compõem a sociedade brasileira. E como sempre foi negado esse direito, faz-se necessário o reconhecimento para que a população negra usufrua de todos os direitos que lhe cabem.

Essa discriminação é praticada das mais diversas formas, como por meio de apelidos depreciativos, brincadeira de mal gosto, piadas maldosas de que os negros são incapazes para o desenvolvimento de determinadas profissões, depreciação pelos traços físicos como cabelo, cor da pele e etc.

Os mais preocupantes é que no próprio ambiente escolar, essas manifestações são constantes, tornando-se um grande desafio na educação na busca de estratégia na luta contra o racismo. O que segundo Munanga (2001).

“Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir neste combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de formas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e educadoras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade”. (MUNANGA, 2001, p.10).

Sabe-se que a escola, em quanto instituição social responsável por assegurar o direito a todos e qualquer cidadão, deve-se posicionar politicamente contra toda e qualquer forma de discriminação. Todos nós educadores devemos lutar pela superação das práticas racistas e da discriminação racial existente no ambiente escolar. Sabemos que trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial não são tarefas fáceis e exclusivas das escolas, pois, as formas de discriminação de qualquer natureza não nasceram na escola, mas no cotidiano essas práticas acontecem constantemente. Portanto, devemos estar preparados para combatê-las pois é tarefas de todos os envolvidos com a educação. A Exemplo do que Maria Aparecida, nos relatou em sua entrevista:

“Para mim, o reconhecimento da identidade quilombola na minha vida perpassa uma fala pronta ou um declarar o meu orgulho por pertencer a esse grupo e momentos que acredito ser oportuno, pois esse reconhecimento permite-me vivenciar lembranças e feridas que durante muito tempo fez não me reconhecer como uma mulher negra quilombola. A minha identidade quilombola foi construída de forma negativa, por que em vários momentos foi motivo para justificar violência em mim “não ser aceita”. Principalmente no âmbito escolar, um dos espaços que alimentou/alimenta cotidianamente o quanto era/ é ruim ser negra quilombola, adjetivos foram ditos por alunos e profissionais (professores, diretor dentre outros) de forma inconsciente/consciente para inferiorizar e machucar alunos negros na própria escola da comunidade. A não empatia e cuidado com as palavras direcionadas a pessoa negra em reservado espaços, exclusivamente, para educação de muito de uma educação falha, seletiva e racista”. (Maria Aparecida da Silva Santos / 25/11/2020).

Tendo em vista, que não é fácil modificar o imaginário e os conceitos negativos que muitos educadores e alunos ainda tem sobre o negro, pois, o que muitas escolas ainda ensinam que o negro não é inteligente e que pertence a uma raça inferior. Conceitos ultrapassados, pois, raça só tem a humana e que cada pessoa tem a sua maneira de aprender as coisas. Diante disso, é preciso partir da tomada de consciência dessa realidade e começar a reinventar a história do Brasil desde a diáspora africana até o questionamento de qual o lugar atualmente reservado ao povo negro na sociedade brasileira.

“Considero um desafio desenvolver na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro”. (MOURA, 1993, p.63).

Mas o que não deve continuar é que os educadores continuem reproduzido conceitos de livros didáticos desatualizados e que não valoriza a história e cultura africana e afro-brasileiras. Muitos livros ainda se restringem ao período escravista, relatando o perfil do negro como um povo passivo, marcado por dor e sofrimento, daí a importância da formação e

informação do corpo docente de qualquer escola, pois são esses agentes que irão levar aos seus alunos discriminações de ações e informações para formar um cidadão.

“O pedagógico está na nossa capacidade de exigir, de nós mesmo uma docência com um olhar mais atento a diversidade étnicos-raciais de modo que a diferença é igualdade seja possível a medida que “temos o direito de ser igual sempre que a diferença nós inferioriza. Todo o direito a ser diferente sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS,2001, p.56).

Na Escola Luiz Alberto, as parcerias com várias instituições e o fomento dessas políticas públicas, se fez por meio de formações continuadas para os funcionários da escola como um todo. Todo esse conhecimento tem fortalecido o currículo da escola com a preocupação maior de que a comunidade escolar, em especial os alunos, se reconheça como membros de uma comunidade quilombola. Porém toda essa construção só foi possível através do conhecimento de sua história, sua descendência, nesse sentido o projeto, também buscou, sobre tudo, mostrar para seus alunos a luta pela superação diária de todas as formas de discriminação a qual os negros são vítimas.

Por tanto, devemos ser otimistas e acreditar que atualmente as instituições educacionais, diante da necessidade de discutir educação das relações étnicos sociais nesses espaços, estão firmando parceria com as Universidades essas discussões a cada dia vão se ampliando. Não podemos esquecer que a partir de 2003 quando foi sancionada pelo Governo Federal a lei 10.639 que inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, a uma lei escrita no papel. Porém, isso ainda não está sendo cumprido e outro fator preocupante é que tem escolas que ainda referenciam o dia 20 de novembro de maneira folclórica. Além do mais, só trabalham a temática nessa semana, ao invés de ser parte do plano de trabalho de todo ano letivo nos diferentes níveis de escolaridades.

E não podemos esquecer ainda das políticas afirmativas de reparação que o Estado e a sociedade brasileira como medidas para ressarcir os descendentes de africanos dos danos causados pelo o longo período de escravidão. As políticas de cotas para jovens negros nas universidades são exemplos positivos destas políticas públicas. São imprescindíveis para buscar sanar a desigualdade secular dessa população negra brasileira, não apenas das comunidades quilombolas. Lembrando que é difícil chegar a implementação de qualquer tipo de inclusão, acessibilidade se a vítima desse processo, ou as pessoas que podem ser beneficiadas, não conseguirem compreender onde estão localizadas nesse processo. Daí a importância imprescindível do papel da educação.

Realizamos entrevistas com os interlocutores e/ou atores sociais que fizeram parte desse processo;

A pergunta: Foi quais os pontos positivos do processo de certificação e autoreconhecimento da comunidade Pau D'arco?

### **Professor de Educação Artista: Ivan Jorge nos contou um pouco sobre o projeto**

Em 2005 nasceu o projeto “Construindo Identidade Afrodescendente” que tem seu caráter pedagógico e social levando em conta a necessidade de disseminar a ideia que foi fortalecido a décadas, o trabalho construído dentro da escola aberto a comunidade da importância deste projeto, os pais compreenderam sendo parceiro da empreitada.

Atualmente, os jovens do grupo Pérola Negra, terminaram o ensino fundamental completo e o ensino médio e poucas cursaram o ensino superior lembrando que o ensino médio tinha que deslocar para as escolas do estado situado na cidade de Arapiraca.

O depoimento dos professores Ivan Jorge e Laurinete Basílio junto com outros professores contribuíram para compreendermos o processo de fortalecimento da identidade negra e quilombola, e as pérolas negras.

A fala do professor Jorge segundo ele, considerando-se a implementação das ações afirmativas através do Projeto Construindo a Identidade Afrodescendente no direcionamento de visibilizar-se e valorizar-se a territorialidade quilombola de Vila Pau D'arco, pode-se elencar como pontos positivos da identidade quilombola:

- O reconhecimento de autoridade no assunto, colocando o Pau D'arco como uma das comunidades mais ativas entre as sessenta e nove, hoje reconhecida em Alagoas;
- O Pau D'arco foi a única comunidade negra Alagoana a apresentar o Estado no 1º Seminário Nacional de Educação Quilombola Realizado em Brasília em 2010;
- Até o início da década 2000/2010, o povo negro de Pau D'arco auto se descriminava-se negando o omitindo as suas origens. Hoje, 80,83% auto declararam-se negros e 88,75% sente orgulhosos do seu pertencimento (fonte: dados da última pesquisa quanti-qualitativa realizada no Pau D'arco nos meses de Set/Out de 2020, consultando-se oitenta pessoas);
- A disseminação de conhecimento sobre a história da comunidade a partir de ações pedagógicas contribuiu bastante para elevar a autoestima dos alunos e dos moradores do lugar.

O que foi que mudou?

- Mudou a atitude da maioria dos moradores negros frente a tratamentos desiguais, expressões e palavras depreciativas, tornando-se consciência do próprio pertencimento étnico e respondendo as agressividades com argumentos sólidos do direito igualitário a toda cidadania brasileira;
- Mudou, também, a postura coletiva em defesa dos valores e do patrimônio quilombola a exemplo da mobilização e reação dos moradores de Pau D'arco em sentirem-se ameaçados com um projeto da Câmara Municipal desestabilizando a comunidade da sua condição histórica identitária rural, passando a ter novo registro como logradouro ou bairro urbano de Arapiraca, significando anulação das certidões de auto reconhecimento, desrespeitando ao patrimônio material/imaterial e oferta de sua certidão de óbito.

### **Depoimento da professora Laurinete Basílio**

O conhecimento de suas origens que leva o indivíduo sentir-se pertencente ao grupo étnico com o conhecimento de sua própria história a pessoa o grupo terá argumento quando for vítima de discriminação, por exemplo um ditado antigo contra a negritude quando alguém queria inferiorizar uma pessoa negra, dizia o seguinte “negro procura o seu lugar”. Que lugar esta pessoa estava referindo? Sem dúvida, o pior lugar que o ser humano pode ter e se tenha como morador preto.

Por isso defendo que a população quilombola receba formação que possibilite a eles conhecerem toda a história de sua ancestralidade, para que possam-se posicionar com conhecimento quando outra pessoa queria lhe rebaixar, desqualificar. A identidade quilombola permite que você conheça e se reconheça com todo pertencimento de seus ancestrais.

Figura 14 - Fotografia da Professora Laurinete Basílio



Fonte: Arquivo Escola Luiz Alberto de Melo Pau D'arco (2020).

Outro ponto importante que destaco, é a luta que esta população deva travar para quebrar as amarras do Estado, toda as estruturas que impede que as políticas públicas cheguem até a comunidade, seja desconstrução do racismo que ainda impera na comunidade quilombola pelos brancos e por membros negros da própria comunidade que não se permite se reconhecer o legado de seus antepassados como forma de preservação de toda cultura africana e afro-brasileira.

A autoestima dos moradores, o porquê dizer amor próprio por ser identificarem como negro, moradores de uma comunidade que tem uma história, que foi resgatada pelos moradores mais idosos e chamamos de “*Griôs*” que realmente são bibliotecas vivas, porque detém todo conhecimento de toda a história das manifestações culturais e religiosas do lugar.

O que mudou?

São muitos, primeiro saber quem é você? E qual o seu lugar na sociedade brasileira, porque sempre disserem “procure seu lugar” sem dúvida se referindo ao pior lugar que uma pessoa poderia ocupar.

A identidade quilombola permite que você conheça e se reconheça como pertencente de um grupo étnico que tem origem na ancestralidade africana. Outro ponto positivo é a luta constante que só aumenta contra a população negra.

A consciência que não é inferior a cor branca é porque não teve as mesmas oportunidades que usufrui uma pessoa branca. O conhecimento acerca da cultura afro-brasileira tem sido estímulo para o fortalecimento da identidade de cada jovem e moradores.

Mudou, a nomenclatura de Pau D'arco dos negros, para Pau D'arco comunidade de quilombola, no que tange "Pau D'arco dos negros", servia de desdém, as pessoas dos lugares circo vizinhos e da cidade de Arapiraca tinha um conceito equivocado Pau D'arco como uma pequena África.

- Incentivar os jovens estudarem, ingressarem em universidade pública;
- A mobilização das mulheres em associações discutindo os problemas da comunidade que afeta o cotidiano local, unindo pontos a melhorias dos serviços públicos como creche educação e saúde, algumas mulheres são diaristas vão trabalhar na cidade não tem com quem deixar os seus filhos, aumentar o número de vagas na creche e melhorar o atendimento médico que é muito precário.

### **Tamires Saturnina**

Para mim um dos principais pontos positivo é o reconhecimento quilombola (a gente se reconhecer). Outro ponto bastante positivo é empoderamento<sup>4</sup> da mulher quilombola, a participação da mulher dentro de sua comunidade e fora dela lutando pela igualdade. Mais um ponto que eu particularmente admiro na identidade quilombola são as tradições, a ancestralidade e a cultura bastante presente.

Minha identidade, antes eu não me enxergava como mulher quilombola. Eu me deixava levar pelo preconceito das pessoas. Graças a Deus tive oportunidade de participar do projeto e ser integrante do grupo Pérolas Negras grupo a qual tenho muito orgulho de ter feito parte, pois foi a ele que cresci em todos os sentidos.

Através do projeto Construindo a Identidade Afrodescendente tive a oportunidade de conhecer a minha história e pode me assumir descendente de quilombo. O grupo nos propiciou o quanto somos importantes tanto para a história da sociedade, como para nós mesmo aprendemos a trabalharmos em equipe e vencê-los os obstáculos. E lutar por nossos

---

<sup>4</sup> Empoderamento: devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania, e principalmente liberdade de decidir e controlar o seu próprio destino, com responsabilidade e respeito ao outro.

direitos e nós mulheres negras podemos chegarmos onde quisermos, através da educação e de nossa força.

**Alice Santos Silva (Pedagoga)**

O reconhecimento em quanto ser remanescente de quilombo; seja na fala ou na sua atitude. A liberdade de expressão física em quanto característica cultural afro, saber que a identidade quilombola tem suas características próprias, onde cada vez mais ganha liberdade diante de um padrão de beleza, na qual a sociedade quer nos impor.

Não apenas ser uma remanescente de quilombo mais fazer parte de uma comunidade, onde por muitas lutas no decorrer da caminhada para alcançarmos uma conquista de um reconhecimento cultural da mesma, onde estamos centrados. Podemos dizer “patamar de vitórias”, pois a comunidade em si conquistou seu espaço histórico cultural reconhecido, diante não só da região arapiraquense, mais na comunidade circo vizinho. O orgulho que cresce ainda mais pois saber que há um reconhecimento cultural da nossa identidade afrodescendente. A forma de falar e agir, na comunicação e informação sobre a própria identidade. A buscar mais informação sobre a minha própria identidade, a partir do momento que se faz parte de uma comunidade quilombola.

**Emiliane Leite (Estuda Serviço Social *Campus UFAL de Palmeira*)**

Um dos pontos positivos é o indivíduo aceitar a sua cor de pele e a sua identidade, se aceitar como é, sem importar com os outros passa aceitar sua identidade. Começa com a minha aceitação de ser negra, nasci e vivo em uma comunidade quilombola.

Acredito que houve mudança sim em cada garota que foi aceitando o seu cabelo crespo mesmo que ainda ouvisse piadinhas. A escola ter desenvolvido debater este tema na própria comunidade e ajudou ainda mais para essa aceitação.

## Renailda Leite

Figura 15 - Renailda Leite, moradora quilombola de Pau D'arco e integrante do grupo de dança Pérolas Negras



Fonte: Melo (2020)

Foi importante para mim, levantou minha autoestima que estava lá em baixa, nasci de uma família de cor negra, desde de criança percebia que as crianças brancas não queriam brincar comigo, questionava a minha mãe? Porque meninas brancas me rejeitavam? A resposta era simples, por ser negra. Confesso, chorava muito por ser rejeitada.

Imagina, eu o preconceito que batia dentro de mim no cotidiano perante meus vizinhos, na escola não seria diferente, de fato era rejeitada. O distanciamento dos alunos (as) brancos (as), até na sala de aula, não era todos os professores que davam mais atenção os alunos de cor branca, eu percebia esta atitude negativa.

Quero pontuar dois pontos importante que aconteceu na comunidade de Pau D'arco:

Passa a ser reconhecido como comunidade quilombola e a criação do grupo Pérola Negra, grupo este participava meninas de cor negra. O objetivo da criação do grupo que as alunas negras sentissem pessoas importantes não estranha aos outros, compreendi que depende de mim não baixar a cabeça, sou mulher negra, valorizo minhas raízes ancestrais.

Os professores Ivan Jorge, Laurinete Basílio e Joelma Almeida são merecedores eles contribuíram muito para o meu despertar da importância da minha potencialidade que passa a desempenhar na comunidade.

A professora de dança afro “Loudun” contratada para trabalhar nossa autoestima suas aulas era uma terapia, confesso saia da aula com o corpo leve, foi uma mãe e amiga. Aprendi

que através da união principalmente nós negro (as) moradores da comunidade remanescente são tão importantes de mudar o lugar através de nossas ações; a escola e associação quilombola tiveram um papel importante impulsionando entre os quilombolas a autoestima, claro que o preconceito não acabou, espero que não existe mais, e meus filhos não sofra o que eu passei. Foi uma aprendizagem, saí de um mundo pequeno e me dei conta que sou mulher negra e guerreira passei a ver o mundo com outro olhar, olhar de gente grande.

Figura 16 - Apresentação do Grupo Pérolas Negra



Fonte: Arquivo Escola Luiz Alberto de Melo (2020).

### **Margarete Leite da Silva Santos**

O grupo de dança pérola negra, foi uma experiência que eu vivi de maneira intensa, o momento único e inesquecível e assim me conhecer, a minha própria identidade.

Figura 17 - Apresentação do Grupo de Dança



Fonte: Arquivo Escola Luiz Alberto de Melo (2020).

Dança uma palavra tão simples mais com significado grandioso em especial, a dança africana que possui movimentos corporais, gritos e vestuários diversificados, assim despertando um olhar diferente nas pessoas até mesmo da própria comunidade remanescente de quilombo, levantou a nossa autoestima outro ponto importante que foi louvável, ajudou muito a superar a timidez, principalmente dos alunos(as) negros(as), a nossa fala é ouvida e passamos a ser respeitados.

### **Erivânia dos Santos**

Os aspectos positivos do reconhecimento de uma comunidade quilombola vem da geração de emprego e renda, capacitação de mão de obra e a inserção de quilombola nos empreendimentos, apoio as manifestações culturais.

A identidade quilombola mudou muita coisa na nossa comunidade porque agora temos uma associação remanescente descendente de quilombos que lutar pela nossa causa e pelo nosso direito, coisas que não tinha nada disso.

Hoje nós temos conhecimento da história dos quilombolas, além disso trabalhamos a valorização da cultura afro mostrando a todos que negros e brancos tem os mesmos direitos. Todos nós sabemos que os negros têm os seus direitos e valores e que o racismo é crime!

**Ederinalva Santos Silva**

Os pontos positivos que propiciaram foram as danças afro e a capoeira esses dois símbolos foi importante, incentivou a interagir aos grupos Pérolas Negras e capoeira, os meninos e as meninas foram contemplados e outro grupo de senhoras idosas pelas suas simplicidades que elas desempenharam. Pau D'arco grande parte de seus moradores são de maioria de cor negra a Escola Luiz Alberto de Melo através dos professores Ivan Jorge, Laurinete Basílio, Joelma Almeida e Israel Medeiros perceberam um problema que a escola poderia intervir, que os alunos de cor negra sofriam de preconceitos perante os colegas de cor branca eu faço parte deste contexto, a necessidade de um projeto educativo que envolvesse os alunos a participação para elevar a nossa autoestima. Para mim uma iniciativa legal junto com outros colegas, estive presente em todos os trabalhos realizado pela escola. Por ser nega aprendi a valorizar, sou mulher negra, e tenho potencialidade de crescer e contribuir para as melhorias do lugar onde eu nasci, ser persistente com a cabeça erguida com coisas que mim agride.

Faço parte da diretoria da Associação dos moradores remanescentes de quilombos, com os problemas que temos em nossa comunidade e a precariedade de transporte público melhoria nos atendimentos de saúde aumentar o número de vagas na creche que muitas mães trabalham em casas de família na cidade de Arapiraca e não tem onde deixar os seus filhos, o lugar de confiança é a creche, sou mãe e sofro muito com isso. Sou uma mulher negra e otimista aprendi que através da luta reivindicarmos melhorias para nossa comunidade perante o poder público.

Pau D'arco é reconhecida como comunidade quilombola através desse conhecimento o lugar passou a ter visibilidade e respeito. Outro ponto importante que alguns jovens de cor negra estão frequentando as universidades, alguns já terminaram e estão trabalhando. Para mim é uma vitória, conquistando os espaços que era negado para nós jovens quilombolas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Essa pesquisa tem cunho etnográfico que ocorreu na comunidade remanescente de Pau D'arco, objetivo da pesquisa compreender as relações cotidianas que navega no imaginário de seus moradores, por ser uma comunidade negra a história do lugar foi constituída por família de cor preta vindo de outras localidade do Estado aqui fixados a suas moradas no território de Pau D'arco. Segundo os idosos essas confirmações foram repassadas pelos seus familiares mais velhos, o termo atribuído a estas falas denominamos de oralidade, são passadores da oralidade, são história imaginaria que transcreve livremente contada espontaneamente as experiências vividas que constitui saberes e são absorvidas por gerações posteriores.

Com legado histórico de Pau D'arco foi concedido a certificação de auto reconhecimento de comunidade remanescente pela Fundação Cultural de Palmares, para maioria dos moradores foi de suma importância o reconhecimento elevou-se o auto estima, o pertencimento da nossa identidade da cor negra, Pau D'arco passa a ser visto com outro olhar e com outro significado e somos respeitados lá fora.

O território quilombola de Pau D'arco é um produtor e reprodutor de tradições, de história produzido no coletivo o qual os moradores cultivam sentimentos de pertença ao lugar e busca melhoria que possibilita o desenvolvimento.

A ressemantização proposta por Arruti, permite a identificação de população que combina uma memória e um ethos capaz de identificarem como comunidades negras rurais, mais não sem antes sem os próprios agentes sociais se reconheçam em quanto remanescente de uma determinada memória.

Esta percepção de Arruti contém no processo de reconhecimento da comunidade de Pau D'arco seus símbolos (memória, costumes e religiosidade). As comunidades remanescentes de Alagoas que são 68, segundo a F.C.P., a um problema sério dentro de seus quilombos algumas são inseridos os serviços essenciais para a necessidade básica dessa população negra. Pau D'arco esses serviços contemplam (escolas, unidades de saúde, creche, energia elétrica e água encanada) mais precisa ser melhorada pelo poder público municipal.

A Escola Luiz Alberto de Melo a grande maioria dos alunos que frequenta o estabelecimento escolar são negros, dados da secretária da escola, persiste na comunidade a questão racial isto reflete na escola. Coube a instituição escolar construir projetos pedagógicos envolvendo outros segmentos da comunidade, associação e a unidade básica. Dessa forma ressignificando a identidade negra e afrodescendente no direcionamento de viabilizar a territorialidade quilombola de aliar princípios e valores coletivos na busca de superações dos

problemas enfrentados pelo todo comunitário. Essas ações fazem refletir a certa das relações que envolve os jovens, adultos e idosos na busca de um trabalho que seja feito de forma multidisciplinar com suas ações particulares direcionando diálogos e ações diferenciados no que tange ao todo.

A comunidade quilombola - Pau D'arco após o processo de certificação e autoreconhecimento passa a ser referência pelos “agentes externos” (SILVA, 2011), que vem em busca de conhecimento da história da comunidade, professores, universitários, alunos acadêmicos e alunos do ensino médio acompanhado com os seus professores.

Observamos, hoje tanto como pesquisador, quanto interlocutor dessa comunidade, como o projeto abriu um leque de grupos que brotaram e fortaleceram a identidade afro, os grupos “Pérola Negra, Capoeira e o grupo das Senhoras Idosas”. Como bem colocou o professor Ivan Jorge: *“ As ações afirmativas não se limitaram as danças afro e capoeira, a preocupação do projeto em debater a identidade afro dentro da sala de aula com os alunos da escola, foi muito trouxe resultados muito positivos na vida pessoal desses alunos, assim como da comunidade, ou seja, uma mudança no âmbito individual e sócio/coletivo. ”*

Observamos e chegamos a consideração que acima de tudo, o que se destaca nesse processo é a elevação da autoestima, assim como a semente de autovalorização da história e da identidade negra e quilombola que foi semeada, hoje já conseguimos observar frutos, a exemplos de aproximadamente 25 alunos que conseguiram entrar em uma universidade e concluirão ou estão concluindo o curso superior.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Nas Bordas da Política Étnica: Os Quilombos e as Políticas Sociais. Território Quilombola. **Boletim Informativo da NEUR**. Florianópolis, v.2, p,15-45,2005.
- ANJOS, José Carlos G. dos. **Remanescente de Quilombo**: Reflexões Epistemológica, In: LEITE, Ilka B. *Laudos Periciais Antropológicas em Debate*, Florianópolis, ABA/ nuer, p, 89-112.
- ARRUTI, José Mauricio A. P. **O quilombo conceitual para uma sociologia do Artigo 68 do ADCT in texto para discussão**: Projeto egbé – Territórios Negros (KOINONIA), Rio de Janeiro, koinonia ecuménica.
- ARRUTI, José Mauricio A. P. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ARAUJO, Ana Kelmani da Silva. **Em Pau D’arco muitas flores**: Memória, Território de Pertences e Fronteira Étnica. Maceió, 2019.
- BARTH, Frederick. Os grupos étnicos e suas fronteiras, *In*: POUTIGNART R; STREIFF – FERNAT, J. (org.) **Teoria da identidade**. São Paulo, ED. UNESP. p, 1885-227.
- BRASIL. Decreto Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2003.
- BRASIL. Decreto Nº 6.040, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 7 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da União da República do Brasil**, 2007.
- BRASILEIRO, Sheila. **Riacho de Sacutiba**: Uma comunidade negra rural no oeste baiano. Relatório de identificação e delimitação. Salvador, Convenio CETT/MINC, jan. 1997.
- CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo á favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2004.
- CARVALHO, José Jorge de; DORIA, Sígla Zambrote; OLIVEIRA Jr, Adolfo Neves de (orgs) **Quilombo do Rio das Rás**: História, tradições e lutas. Salvador: EDUFBA, 1995.
- CHAGAS, Míriam de Fátima. **Laudos periciais antropológicos em debate**/ organizadora Ilka Boa Ventura Leite – Florianópolis: Co-edição NUER/ ABA/ 2005.
- FERREIRA, M. M; AMADO, J. (org). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas 1998.
- GEERTZ, Cliford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

- GODINHO, Paula. **Antropologia e performance: agir, atuar e exhibi.** Editora 100 luz, Lisboa, 2014.
- GOMES, Flavio dos Santos. **História Quilombola.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. **Remanescente de Quilombo**, interdisciplinaridade IASABE (Sociedade de Arqueologia Brasileira). Vitória, anais XXI reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 1998.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. de. **Caminhos transversos: Território e Cidadania Negra.** In. Associação Brasileira de Antropologia. Terra de Quilombo Rio de Janeiro.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural as pós-modalidade.** 9. ed. Rio de Janeiro. DP & A. 2004.
- LE GOFF, Jackues. **História e Memória.** Campinas: Unicamp 1996.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombo e Quilombolas: Cidadania ou folclorização.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre ano 5, n.10, p. 123-144, maio. 1999.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 120-149. Maio. 1999.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Laudos Periciais Antropológicos em debate –** Florianópolis: Co-edição NUER/ ABA/ 2005.
- LINDOSO, Dirceu. **O poder quilombola Comunidade Mocameira e organização social. Quilombola.** Maceió. ed. Edufal. 2005.
- MOURA, Clovis. **Os Quilombos e a Rebelião Negra.** São Paulo: Ed. Brasiliense 1993.
- MUNANGA, Kabengele. Origem Histórica do Quilombo na África. **Revista da USP**, n28. São Paulo: USP, 1995-1996.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (org.) **Quilombos identidade étnicas e territorialidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2000.
- REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SANTOS, Danilo José. **Comunidade Urbana e Rural no contexto quilombola brasileiro: Análise social históricos e suas especificidades.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFAL *Campus* Palmeira dos Índios, 2018.
- SANTOS, Silvio Carvalho dos. Perícia Antropológicas: Comentários. *In:* Sampaio Silva, Orlando; Luz, Lídia; Helm, Cecília M. (org). **A Perícia Antropológica em Processos Judiciais.** Florianópolis, UFSC, 1994.
- SILVA, Sandreana de Melo. **Sai do sol galego: o fenômeno do abismo da comunidade quilombola de Filú.** UFAL. Maceió. 2011.

SILVA, Israel Medeiros da; SANTOS, Laurinete dos. **Comunidade Remanescente Quilombola**. Trabalho de Conclusão de Curso em Geo-História, Arapiraca – AL: Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). 2006.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: Identidade e História**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

TEIXEIRA, Luana. **Três visões atuais acerca do conceito de quilombola** [mimeo]. Projeto: África em Debate, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VANSINA, Jan. A tradição Oral e sua metodologia. *In: história geral da África I: Metodologia e pré-história*. Brasília: UNESCO. 2000. Cap.7, p.139-168.

## ANEXO A - IMAGENS

### Grupo de Senhoras da 3ª Idade



*Inclusão social para as senhoras da 3ª idade, arquivo Escola Luiz Alberto de Melo, 2015.*

### Cotidiano.



*Imagens da casa de farinha – acervo da associação quilombola. (ANA KELMANY, 2019).*

*Empoderamento Feminino*



Imagens nova geração de Pérolas Negras.



(ANA KELMANY, 2019)